

**ESPECIAL**

Conteúdo, efeitos  
e tramitação da  
reforma sindical

**DIEESE**

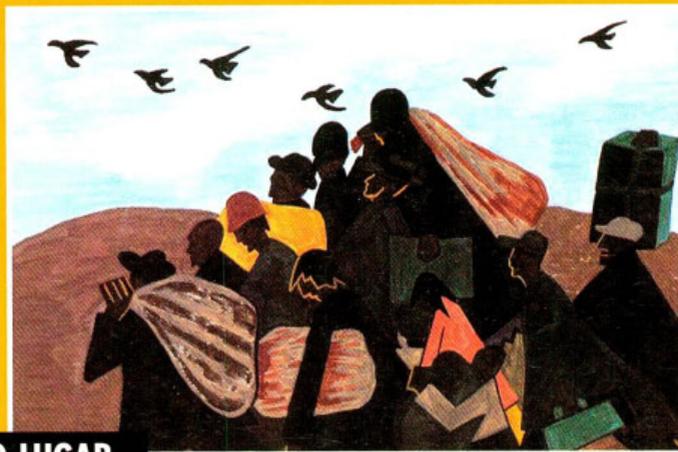
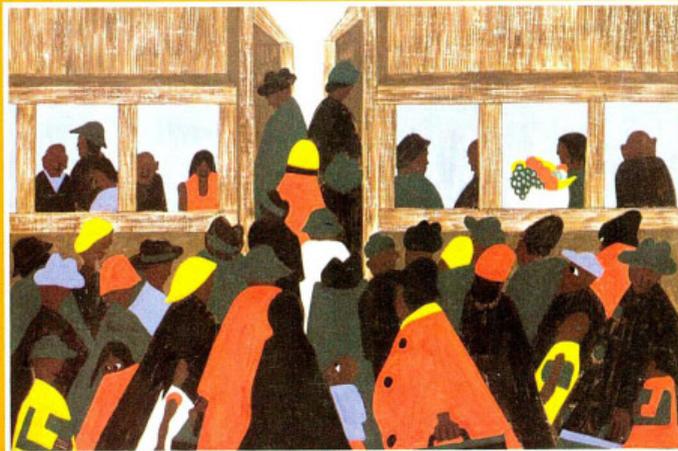
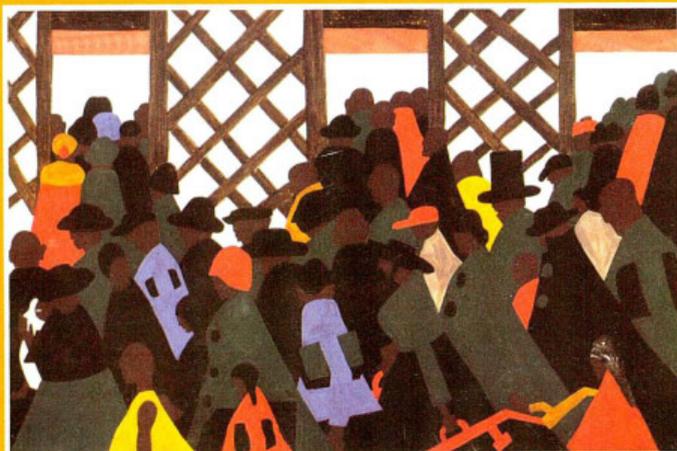
"Luta pela redução  
da jornada vai  
crescer no Brasil"

**CAMPO**

Irmã Dorothy e  
a violência dos  
latifundiários

ANO 19 - Nº 51 - R\$ 7,50 - MAI/JUN/JUL-2005

# Debate Sindical



**FORA DO LUGAR**

# O drama dos migrantes



OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

**OLINDA, AGORA, É COMO  
O BRASIL. É DA GENTE.**

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

**OLINDA**  
Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA  
POPULAR**

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

*Sede:*

Av. Brigadeiro Luís Antônio,  
nº 993, conj. 209, Bela Vista,  
São Paulo, SP, CEP 01317-001,  
fone/fax: (11) 3106-0700  
Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

**Editor:**

Altamiro Borges

**Conselho de Redação:**

Antônia Rangel  
Augusto Buonicore  
Augusto Petta  
Cláudio Gonzalez  
Guiomar Prates  
João Batista Lemos  
José Carlos Ruy  
Oswaldo Bertolino  
Sérgio Barroso  
Umberto Martins

**Conselho Editorial:**

Armando Boito  
César Benjamin  
Décio Saes  
Emir Sader  
Francisco Teixeira  
João Pedro Stedile  
Luis Fernandes  
Luís Paulino  
Lucília Machado  
Marcos Gomes  
Nilton Vasconcelos  
Paulo Schilling  
Ricardo Antunes

Abigail Pereira  
Álvaro Gomes  
Augusto Petta  
Edson Pimenta  
Gilda Almeida  
Gilson Reis  
Gregório Poço  
José Carlos Schulte  
Luís Gavazza  
Mônica Custódio  
Nivaldo Santana  
Raquel Guisoni  
Vianeí Martins  
Wagner Gomes

**Ilustrações:**

Marcio Baraldi

**Capa:**

Rynetta Davis/Exodus

**Revisão:**

Josenildo Marques  
Editoração eletrônica:  
Sandra Luiz Alves

**Impressão e acabamento:**  
Editora Parma Ltda

- 4 Cresce a pressão por mudanças na economia**  
ALTAMIRO BORGES
- 6 "Luta pela redução da jornada vai se intensificar"**  
ENTREVISTA: SUZANNA SOCHACZEWSKI
- 9 Finanças públicas contra o povo**  
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 10 Pluralidade e autonomia privada na reforma sindical**  
JOÃO BATISTA LEMOS E FLÁVIO TONELLI
- 15 Perspectivas das negociações coletivas**  
JOSÉ CARLOS AROUCA
- 19 Do consenso no FNT ao dissenso no parlamento**  
MARCOS VERLAINE
- 22 Associação profissional e reforma sindical**  
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 23 O drama dos migrantes: exploração e humilhação**  
RITA CASARO
- 29 A violência do latifúndio no Pará**  
MOACIR MARTINS
- 33 Uma reforma para mobilizar o sindicalismo**  
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 34 A ofensiva contra o trabalho no França**  
GIUSEPPINA DE GRAZIA
- 37 O parasitismo irrefreável dos EUA**  
UMBERTO MARTINS
- 41 A questão estratégica da formação sindical**  
AUGUSTO CÉSAR PETTA
- 46 Falta de recursos e crise dos hospitais**  
COLUNA: HERVAL PINAL RIBEIRO
- 47 Resenha de livro**  
MARCIO POCHMANN
- 48 Aniversário da revista Debate Sindical**
- 49 Dicas de filmes e de páginas da Internet**  
MÔNICA SIMIONI/CLÁUDIO GONZALEZ
- 50 Importância da oratória na ação sindical**  
OPINIÃO: MARCO AURÉLIO PEREIRA

# Cresce a pressão por

ALTAMIRO BORGES

**D**iante da obstinação do governo em manter a “ortodoxia de galinheiro” da política macroeconômica, os distintos setores organizados da sociedade começam a perceber que só tem um caminho para garantir as mudanças que levaram Lula ao Palácio do Planalto: a intensa pressão social! No último período, meio aos trancos e barrancos, cresce a mobilização popular contra a orientação neoliberal hegemônica na economia e por um novo projeto de desenvolvimento com base na valorização do trabalho e na inclusão social. Isto ficou visível nos protestos do 1º de Maio e, principalmente, na combativa Marcha do MST a Brasília.

Na megafesta da CUT em São Paulo, entre uma música e outra, vários oradores criticaram as desastrosas altas dos juros que emperram o crescimento da economia e inviabilizam uma política mais consistente de geração de emprego e renda. Até a defesa do projeto de reforma sindical ficou ofuscada nos discursos das lideranças da corrente majoritária da central. Já a festança da Força Sindical virou palanque para a oposição de direita tucano-pefelista com as suas críticas hipócritas aos rumos econômicos do país. Mas a estrela do show, o deputado Severino Cavalcanti, não escapou das vaias dos presentes.

Em outros Estados, como na Bahia, Rio de Janeiro e Minas

Gerais, as manifestações do Dia Internacional dos Trabalhadores foram mais contundentes nas críticas às dubiedades do governo Lula – que adota uma postura democrática na relação com os movimentos sociais e uma política externa mais soberana, mas que mantém uma orientação macroeconômica contrária aos anseios dos trabalhadores. Os presidentes dessas três seções estaduais da CUT não pouparam a dupla Palocci-Meireles e condenaram o tripé neoliberal que continua asfixiando a economia nacional – a política monetária com seus juros recessivos, a política fiscal com seus superávits primários a serviço dos banqueiros e a libertinagem financeira no Brasil.

A pressão por mudanças no país ganhou uma expressão mais nítida com a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, iniciada em 2 de maio em Goiânia. Cerca de 12 mil trabalhadores rurais decidiram percorrer 220 quilômetros, durante cansativos 15 dias, para exigir em Brasília medidas efetivas para acelerar a reforma agrária e alterar os rumos da economia. O documento “Proposta do MST e dos Movimentos Sociais ao governo Lula” elencou medidas concretas para redução da taxa de juros, aumento do salário mínimo, diminuição do superávit, auditoria da dívida externa, controle do fluxo de capitais, entre outras. “O povo não agüenta mais ficar subjugado por juros tão altos”, explicou João Pedro Stedile, líder do MST.



Maier Compagno/ABR

# mudanças na economia

## CORO CRESCENTE

Como observa o economista Paulo Nogueira Batista Jr, o coro contra a política econômica continuísta do governo é cada vez mais generalizado. O oitavo aumento sucessivo da taxa de juros imposto pelo Banco Central em abril foi a gota d'água. O vice-presidente da República, ministros, sindicalistas e empresários parecem ter perdido de vez a paciência. "Notícia-se que até o presidente teria ficado 'surpreso' e 'decepcionado' com mais esse aumento dos juros. Não é a primeira vez. Em relação ao poderoso Banco Central, o presidente Lula é uma espécie de rainha da Inglaterra", ironiza o conceituado economista.

Para ele, a política monetária é hoje o flanco mais vulnerável da ortodoxia econômica do governo, serve apenas ao capital financeiro e é rejeitada pelo grosso da sociedade. "As taxas de juros no Brasil são uma aberração, um escândalo inacreditável. Deflacionada pela inflação esperada, a taxa de curto prazo supera os 13%. Nenhum país desenvolvido ou 'emergente' pratica juros semelhantes em termos reais. A média é de apenas 0,6% nos países desenvolvidos e de 2% nos emergentes", explica.

Essa "aberração" provocaria quatro graves problemas interligados: restringe o consumo e o investimento e dificulta a recuperação da economia em curso desde fins de 2003; atrai capital especulativo e provoca a valorização da moeda nacional,

retraindo o esforço exportador; desestabiliza as finanças do governo, uma vez que a maior parte da dívida pública é interna, de curto prazo ou diretamente referenciada nas taxas de juros do Banco Central; e é um fator poderoso de concentração da renda. "Beneficia apenas aquela minoria proprietária de riqueza financeira e credora da dívida pública – os bancos, demais instituições financeiras, as pessoas físicas de elevado patrimônio, etc. Prejudica, por outro lado, aqueles que dependem de salários e vêem as suas oportunidades se estreitarem com a retração da economia e do mercado de trabalho".

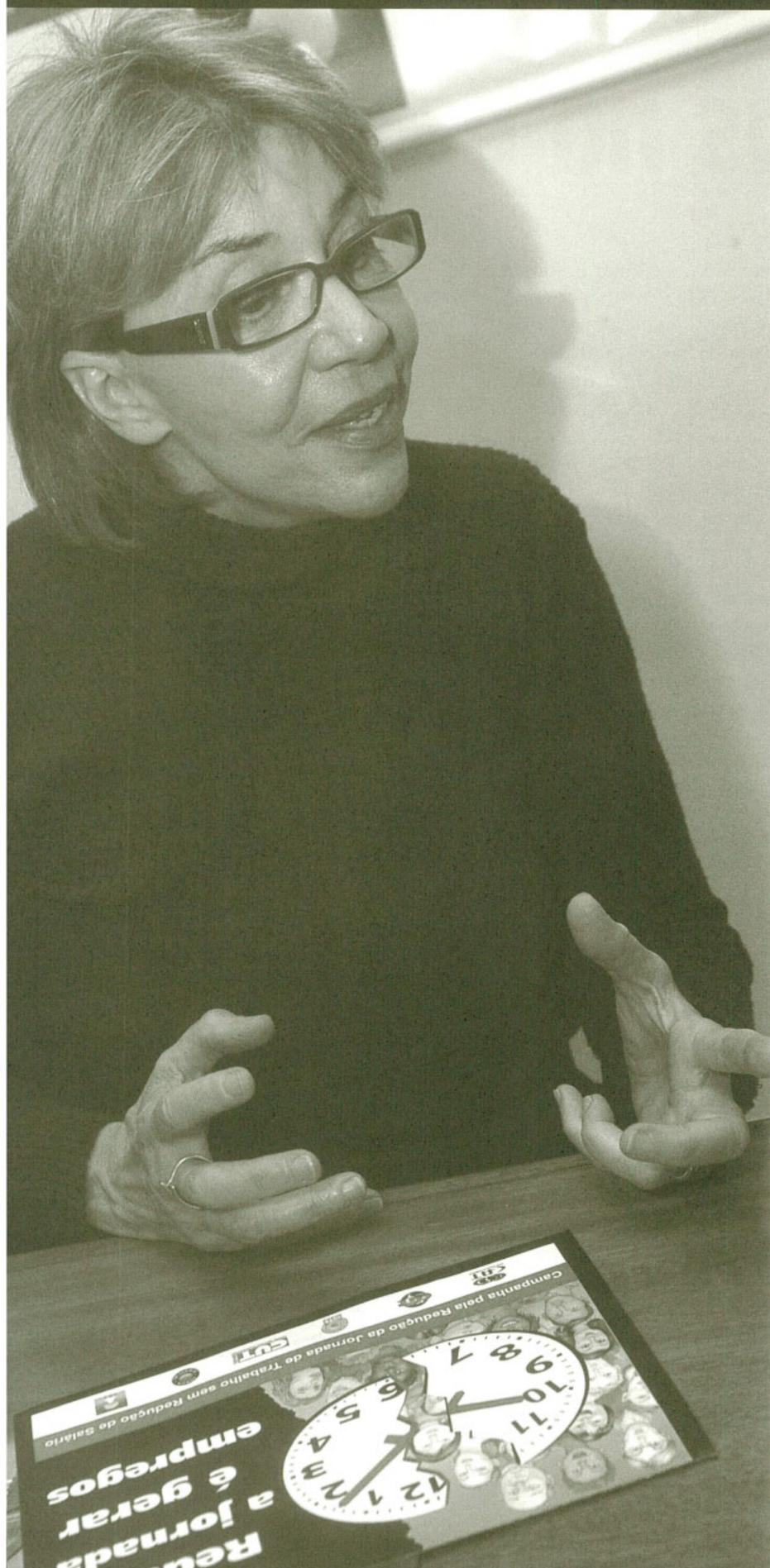
## LEVANTAR O TRASEIRO

Apesar da crescente pressão contra a política econômica, que tem na taxa de juros o alvo mais palpável, o governo não dá sinais de que pretenda alterar esse rumo desastroso. Diante da chiadeira generalizada, ele sentiu o baque e passou a tratar do tema. Mas de forma marota, como se não tivesse culpa no cartório. O presidente Lula chegou até a sugerir que os brasileiros "tirassem o traseiro do cadeira para exigir juros menores", responsabilizando as próprias vítimas. Na sua primeira entrevista coletiva, no final de abril, ele também admitiu que "pode ter sido um erro nosso" insistir nos juros como "o único padrão de controle da inflação". Mas, enfatizou: a política macroeconômica será mantida.

"Eu e Palocci somos unha e carne".

Tamanha obstinação tem como base o discurso ufanista de que a economia brasileira cresce de vento em popa. Ela só não leva em conta o último relatório do FMI que demonstra que esse crescimento foi inferior a média da América Latina e mesmo da África; que já surgem sinais evidentes de retração da produção e do consumo; de que se mantêm os gargalos de vulnerabilidade da economia nacional diante de qualquer turbulência financeira no mundo, em especial nos EUA; e de que a orientação econômica em curso não enfrenta os graves problemas estruturais do Brasil e mantém os privilégios do capital financeiro.

É nesse contexto preocupante, em que o governo patina e a direita Tucana se rearticula, que o movimento social se esforça para "tirar o traseiro da cadeira" e aumentar a sua pressão, evitando tanto a passividade como o voluntarismo. A Marcha do MST, nesse sentido, serve de exemplo para todos os interessados no êxito do governo Lula no rumo das mudanças. Como adverte Renato Rabelo, presidente do PCdoB, "sem a pressão dos trabalhadores e do povo organizado, ficaremos desfalcados para garantir a efetivação de políticas de elevação do nível de vida do povo brasileiro".



Nem tudo é motivo para divisão em nosso fragmentado sindicalismo. Há uma antiga aspiração da classe trabalhadora que ainda guarda o raro dom de inspirar a unidade das lideranças trabalhistas: a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Em 2004, já no segundo ano do governo Lula, as principais centrais brasileiras (CUT, FS, CGT, SDS, CAT e CGTB) decidiram unificar suas forças em nome desta histórica bandeira e constituíram um comando conjunto com o objetivo de deflagrar uma campanha em defesa da Proposta de Emenda Constitucional, já apresentada à apreciação do Congresso Nacional, que institui a redução da jornada semanal para 40 horas num primeiro momento e 36 horas posteriormente.

O presidente Lula chegou a manifestar apoio à idéia e a campanha tende agora a ganhar maior fôlego com a realização de um expressivo ato público no segundo semestre. O Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos (Dieese) é quem assessora os sindicalistas nesta empreitada. Leia abaixo a entrevista da diretora técnica do órgão, Suzanna Sochaczewski, sobre esse tema estratégico.

# "A luta pela redução da jornada vai se intensificar"

*Debate Sindical: Quais as perspectivas da campanha pela redução da jornada de trabalho?*

**Suzanna:** A campanha foi lançada em 16 de março do ano passado na Assembléia Legislativa de São Paulo e agora vai se intensificar. A PEC que institui a redução, do deputado federal Inácio Arruda (PCdoB/CE) e do senador Paulo Paim (PT/RS), deve entrar em tramitação no Congresso Nacional no segundo semestre e as centrais decidiram retomar a mobilização em torno desta bandeira. Está prevista uma grande manifestação em Brasília para o mês de agosto.

*O que justifica esta campanha?*

Em primeiro lugar, é preciso considerar que esta é uma luta histórica dos trabalhadores, que atravessou os dois últimos séculos, e é completamente justificada pelo avanço da produtividade do trabalho, bem como da ciência e das novas tecnologias. Estamos no século XXI. Chegamos a um ponto no Brasil em que é não só possível como também necessário reduzir a jornada, não apenas visando melhores condições de vida aos trabalhadores como, sobretudo, para reduzir os altíssimos níveis de desemprego. Há muita dificuldade para reverter o quadro de desemprego em massa e a redução da jornada sem redução de salários tem se revelado um instrumento eficiente no combate a este flagelo, desde que seja associada a outras providências.

*Quais?*

Em primeiro, a redução ou preferencialmente a extinção das horas-extras. Em segundo, a fiscalização e uma regulamentação rígida do banco de horas. É preciso levar em conta, neste sentido, a experiência da redução da jornada em 1988, quando a Constituição estabeleceu o limite semanal de 44 horas. O resultado líquido em termos de emprego foi quase inexpressivo por duas razões. O volume de horas extras cresceu substancialmente, em até 50%, e posteriormente ocorreu uma utilização espúria do banco de horas.

*Qual seria o impacto da redução da jornada sobre o nível de emprego no Brasil hoje?*

O Dieese calcula que poderão ser criados 2,8 milhões de novos postos de trabalho em tais condições. É uma estimativa técnica que tem de ser implementada politicamente, já que é indispensável não só a redução do tempo de trabalho, o controle da hora extra e do banco de horas, mas também a

fiscalização rigorosa das condições em que tudo isto será feito.

*O patronato alega que a redução elevará o custo de produção e pode prejudicar a economia nacional. Seria verdade?*

Não. O impacto da redução da jornada sobre o custo de produção nas indústrias de transformação é de apenas 1,9%, devido ao fato de que o custo do trabalho no Brasil é muito baixo. Seria um aumento risível face aos ganhos de produtividade ocorridos ao longo dos últimos anos. O custo horário da mão-de-obra nacional é de apenas 3.02 dólares contra US\$ 8.09 na Coreia do Sul, US\$ 20.32 nos EUA e US\$ 22.86 na Alemanha. Não vejo razões para o empresariado ser contra uma bandeira que unifica todas as centrais e o conjunto do sindicalismo. Afinal, com mais 2,8 milhões de empregos teremos um aumento expressivo da massa salarial e do consumo e, em decorrência, a recuperação e o fortalecimento do mercado interno. Trata-se de um instrumento adicional para o crescimento econômico.

É preciso também levar em conta o fato de que a participação da renda do trabalho no PIB caiu muito durante as duas últimas décadas, de aproximadamente 50% em 1985 para 36% no final de 2002, enquanto a parte do produto apropriada pelo capital registrou um notável crescimento.

**O Dieese calcula que poderão ser criados 2,8 milhões de novos empregos com a redução da jornada e outras medidas**



Maurício Moraes

### Representantes das centrais sindicais no comando pela redução da jornada de trabalho

A distribuição mais justa da renda nacional produzida pelos trabalhadores vai contribuir para o desenvolvimento nacional e a redução da jornada será uma medida importante nesta direção. Cabe lembrar igualmente que o trabalhador brasileiro, ao contrário do que ocorreu em outros países, como o Japão e os EUA, não foi beneficiado pelo crescimento incessante da produtividade, cujos benefícios têm de ser compartilhados.

*Não lhe parece que os representantes do capital, em sua maioria, continuarão insensíveis a esses argumentos e que sem uma grande mobilização a campanha não será concluída com êxito?*

Certamente. O tempo de trabalho é sempre um objeto de luta no capitalismo. Os empresários são ávidos pelo tempo excedente que lhes garante o que Marx classificou de mais-valia. Por seu turno, os trabalhadores batalham para ampliar o tempo de trabalho pago, refletido nos salários, e o tempo livre que têm à disposição para usufruir com a família, o lazer, a educação, o esporte. A

distribuição mais justa da renda é algo antinatural no capitalismo. Por isto, a luta é indispensável. No Brasil, o trabalhador sempre foi mal remunerado. A relação capital-trabalho em termos de salários é péssima e não custa lembrar que tivemos séculos de trabalho escravo.

Graças à tradição de salários baixos, o próprio trabalhador imagina que, para garantir maiores rendimentos, é preciso fazer horas extras ou empregar outros membros da família, adolescentes, crianças, velhos e (muitas vezes indevidamente) as mulheres. Tudo isto estimula o aumento do grau de exploração da força de trabalho, visto que a remuneração dos outros membros é sempre menor do que a do chefe da família. A nossa campanha tem o intuito de colocar na agenda de debate da sociedade a redução da jornada sem prejuízo para os salários como um dos meios de inverter esta lógica perversa.

*Os impactos da redução sobre o desenvolvimento nacional serão predominantemente positivos?*

Não tenho dúvidas sobre isto. Já falei que os efeitos

**“A distribuição mais justa da renda é algo antinatural no capitalismo; por isto, a luta é indispensável”**

multiplicadores da jornada menor sobre a economia contribuirão para a ressurreição do mercado interno brasileiro, que teve sua dimensão achatada pelo baixo crescimento. O fortalecimento do mercado interno é fundamental para o desenvolvimento nacional. E isto não é tudo. Podemos esperar uma melhoria da educação e qualificação profissional dos brasileiros, já que o trabalhador terá mais tempo para se dedicar à formação. Sabemos que hoje, diferentemente de alguns anos atrás, a qualificação é uma necessidade essencial e candente.

Teremos muito provavelmente um impacto positivo nas atividades associadas ao lazer, que na sociedade capitalista quase sempre têm um preço e são pouco acessíveis aos assalariados. A qualidade dos produtos tende a melhorar em função da jornada menos cansativa e do trabalho mais qualificado. Da mesma forma, diminuirá a incidência de acidentes e enfermidades do trabalho, assim como o tempo de re-trabalho. Haverá maior espaço para a criatividade e o incremento da produtividade sem que isto signifique, necessariamente, aumento do ritmo de trabalho. Enfim, são muitos os motivos que justificam a redução da jornada de trabalho no Brasil.

Entrevista concedida ao jornalista Umberto Martins, membro do conselho de redação da Debate Sindical

# As finanças públicas contra a sociedade

A realização de várias reformas civilizatórias foi capaz, ao longo do século passado, de alterar parte da vertente selvagem que se sobressai do modo de produção capitalista. Uma delas se deu com a redução do custo de produção dos capitalistas, responsável pelo financiamento da reprodução da força de trabalho.

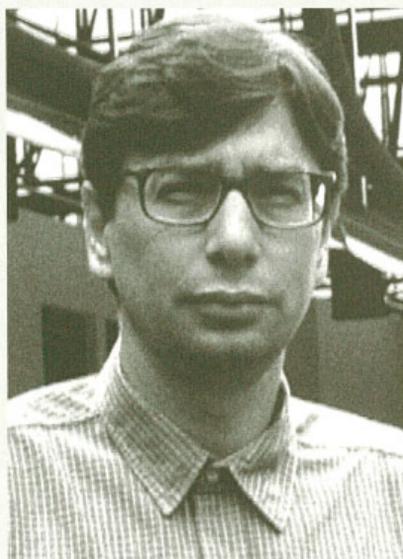
Assim, o trabalhador foi deixando gradualmente de depender exclusivamente do seu contrato de trabalho para poder financiar o pagamento do seu custo da vida. Com o surgimento dos fundos públicos, oriundos das reformas tributárias que se tornaram capazes de arrecadar relativamente mais dos ricos, foi possível financiar parcela crescente do custo de reprodução da força de trabalho.

## REGRESSÃO SOCIAL

O estabelecimento universal do ensino público e gratuito, bem como os avanços da saúde pública e dos serviços de transporte, previdência e assistência social, entre outros, viabilizou a elevação do padrão de vida do povo, tendo na ação das políticas públicas uma das principais sustentações disso.

Não apenas nos países capitalistas avançados, mas também em nações periféricas, como o Brasil, houve avanços nas políticas públicas favoráveis ao

MARCIO POCHMANN



## Recurso é drenado para financiar o patrimônio dos ricos no Brasil

financiamento de parcela do custo de reprodução da força de trabalho para além da relação direta capital-trabalho.

No Brasil de hoje, todavia, há sinais de retrocesso. Por conta do atual ciclo de financeirização de riqueza, que encontra no Estado o principal agente estabilizador, parte desses recursos é drenada para financiar o patrimônio dos ricos. Trata-se, em síntese, da gestão das finanças públicas contra o bem-estar do povo.

## MEDIDAS INEFICAZES

Isso ocorre porque o padrão de ajuste das finanças públicas valoriza o atendimento de compromissos com pagamento de juros e encargos do endividamento estatal. Assim, tornou-se necessária, de um lado, a ampliação das receitas governamentais.

Com a privatização do setor produtivo estatal, houve a geração de soma equivalente a 25% do PIB anual do país, enquanto a elevação da carga tributária bruta aumentou a receita governamental em mais 10% do PIB. Mesmo elevando a arrecadação do Estado, essas medidas foram insuficientes para atender ao total dos gastos com juros e encargos financeiros.

De outro lado, ajustou-se o tamanho da despesa pública considerada não-operacional, uma vez que todo o gasto financeiro parece ser inalterável aos governos de plantão. Acontece que essa gestão das finanças se mostra cada vez mais contra o povo. No governo FHC, entre 1995/2002, as despesas sociais decresceram 13,8% como proporção do total do gasto público, enquanto o dispêndio financeiro aumentou 13,4%.

## PARAÍSO DOS RICOS

Com recursos relativamente menores para atender a área social, cresceu a dívida social, especialmente aquela vinculada ao financiamento do custo de reprodução das classes trabalhadoras. Ou seja, faltam recursos para educação, saúde, previdência, entre outros gastos fundamentais ao bem-estar do povo.

Em contrapartida, uma minoria de ricos não tem o que reclamar. Diante do enorme esforço realizado pelo governo federal no interior das finanças públicas, tem sido possível atender ao pagamento dos encargos do endividamento público no Brasil.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp/SP

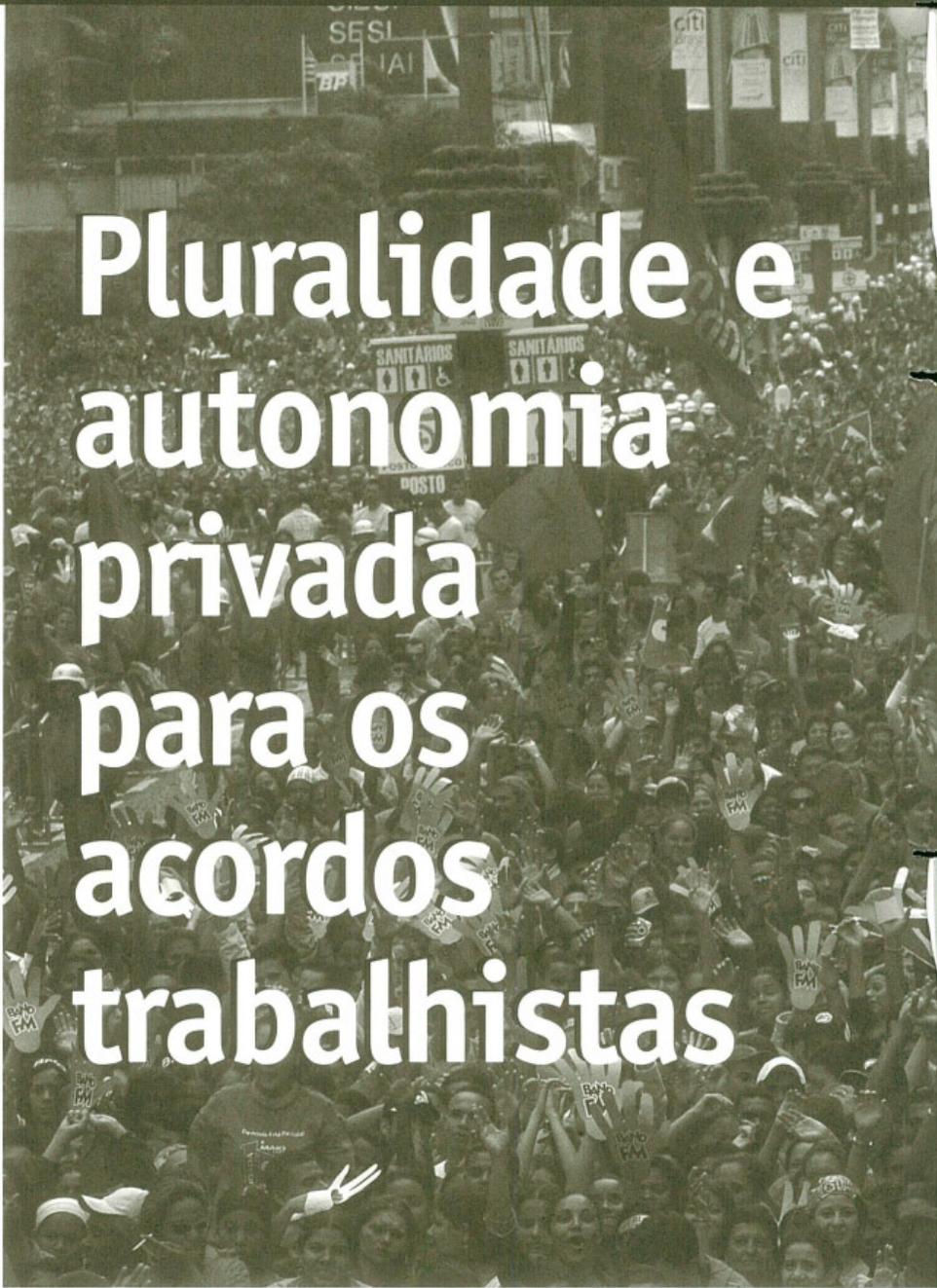
“O capital é poder social concentrado, já o proletariado dispõe unicamente de sua força de trabalho. O ajuste entre capital e trabalho não pode, pois, apoiar-se em condições legítimas”.

*Karl Marx*

JOÃO BATISTA LEMOS  
E FLÁVIO TONELLI

**N**a mensagem do governo Lula ao Congresso, em 2005, a reforma sindical foi considerada “estrutural”, “um novo paradigma nas relações sindicais” e “o primeiro passo para um amplo reordenamento jurídico-institucional do sistema de relações de trabalho... [envolvendo] o direito sindical, a legislação do trabalho, os órgãos de administração pública do trabalho, a Justiça do Trabalho e o direito processual do trabalho”. Em março, o governo apresentou essa reforma através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC-369). O seu complemento, um projeto de lei de mais de 200 artigos, tramitará caso seja aprovada essa emenda.

Em sua essência, são duas as alterações básicas propostas na PEC-369: nos direitos sociais, as disposições relativas às relações sindicais; e no Poder Judiciário, a competência da Justiça do Trabalho. Instituem-se a



# Pluralidade e autonomia privada para os acordos trabalhistas

pluralidade sindical e a liberdade de negociação coletiva e reserva-se à Justiça do Trabalho a solução dos conflitos envolvendo o cumprimento dos contratos.

É notório que o movimento sindical passa por inúmeros e graves problemas, inclusive de legitimidade. Os baixos índices de sindicalização dificultam sua ação e o financiamento das próprias entidades. Há razões de sobra para as mudanças. Mas que

mudanças levar adiante? Como distinguir os problemas estruturais do movimento sindical daqueles resultantes da precarização e da terceirização do mercado de trabalho, do alto e persistente desemprego? Naturalmente, uma reforma sindical digna de apoio tem de estar voltada para o resgate da capacidade de luta dos trabalhadores e, por conseguinte, da valorização do trabalho.

Assim, é urgente buscar compreender o conteúdo e o significado da reforma em curso.

## MITO DA IGUALDADE

Foram necessários muitos anos para os trabalhadores compreenderem que a igualdade liberal pregada no século XVIII era meramente formal e construída, a cada dia, uma sociedade ainda mais desigual. A plena liberdade de contratar era falsa, estava restrita à aplicação de um direito altamente desproporcional, não abrangia a criação do direito, não havia igualdade de oportunidades. Somente no século XX a igualdade e a liberdade foram acompanhadas de direitos sociais e da proteção ao trabalho, mesmo assim após a revolução de 1917 e, em grande parte, como uma resposta aos movimentos sociais.

A partir de então, o conceito de hipossuficiência jurídica foi se aprimorando: com a diminuição do livre direito de contratar e a intervenção do Estado nos próprios contratos privados; a vinculação entre direitos sociais e cidadania; a proteção ao trabalhador; a função social da propriedade; a garantia ao consumidor, etc. Mas, parafraseando Eric Hobsbawm, esse século XX foi breve. A partir dos anos 90, o capitalismo vai recuperando a sua velha forma, questionando e alterando as relações sociais, desconstituindo direitos.

Hoje, segundo dizem, os pontos que inibem a livre contratação entre capital e trabalho precisariam ser flexibilizados. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) localiza na “paternalista regulação das relações de trabalho no Brasil” o empecilho à negociação entre as partes, que retira a capacidade de



Maurício Moraes

## A PEC é radical em pôr fim à unicidade; revoga a definição do município como base territorial mínima do sindicato

O fortalecimento das entidades sindicais não será um processo simples ou instantâneo, resultante de uma reforma constitucional. Diante da atual

precariedade das relações de trabalho, a recuperação do poder de compra dos salários não se resolverá imediatamente, por meio de negociações coletivas. Somente com muita luta, com proteção mínima da lei e da Justiça, com políticas voltadas para a geração de emprego e distribuição de renda, os trabalhadores e seus sindicatos poderão reverter a precária situação em que se encontram.

## O dispositivo que determinava a prevalência da disposição mais favorável ao

decisão do que é melhor para eles<sup>[1]</sup>. A total desregulamentação dos mercados quer que a mão-de-obra possa livremente ser negociada como qualquer outro insumo. Assim, é preciso desenvolver idéias que restabeleçam a igualdade entre o capital e o trabalho, nos bons e velhos moldes do liberalismo clássico.

### “LIVRE NEGOCIAÇÃO”

Um dos aspectos mais importantes da reforma repousa na concepção de que a negociação e o diálogo social entre o capital e o trabalho vão fortalecer e dinamizar as relações de trabalho. Pretende-se incluir na Constituição uma associação entre a representatividade da entidade sindical e o atendimento a requisitos voltados para a negociação coletiva. Consta da PEC-369 a seguinte modificação para o artigo 8º:

“Art. 8º. É assegurada a liberdade sindical, observando o seguinte: “II – O Estado atribuirá personalidade sindical às entidades que, na forma da lei, atenderem a requisitos de representatividade, de participação democrática dos representados e *agregação que assegurem a compatibilidade de representação em todos os níveis da negociação coletiva*”.

A negociação coletiva em todos os níveis torna-se o principal instrumento de regulação dos direitos num cenário de “autonomia privada coletiva” e “estimulando a composição

voluntária dos conflitos”<sup>[2]</sup>. A autonomia privada permite maior liberdade do que a esfera pública: inúmeros direitos e garantias podem ser suprimidos, contratualmente, sobretudo se considerados patrimoniais.

### O paradoxal é que os defensores dessa liberdade acabam dando mais poder ao Estado para intervir no sindicalismo

O capital vê na livre negociação as portas para a flexibilização trabalhista. Para setores de esquerda, fora do ambiente estatal, haveria espaço para o avanço dos direitos dos trabalhadores. Mas, afastado o Estado, as forças sociais voltam-se para seus conflitos dentro dos parâmetros do mercado. Um dos ideólogos desta reforma, José Francisco Siqueira Neto, discorrendo sobre a flexibilização, afirmou<sup>[3]</sup>:

“Flexibilizar o Direito do Trabalho quer dizer torná-lo mais ajustável às situações fáticas, menos rígido... Sinteticamente, pode-se dizer que a flexibilização é o processo de adaptação de normas trabalhistas à realidade cambiante. *A flexibilização pode decorrer de Lei ou da Autonomia Coletiva*, atingindo, conforme o caso, o ordenamento jurídico de forma genérica ou somente os contratos de trabalho em execução”.

Um dispositivo que determinava a prevalência da disposição mais favorável ao trabalhador, diante de contradições entre a legislação e a matéria acordada, nem consta mais da regulamentação da reforma sindical. Disposições semelhantes hoje existentes na CLT serão também revogadas pela regulamentação.

Mas, o que mais impressiona nessa formulação é quão distante estamos de uma entidade voltada para o embate cotidiano entre o capital e o trabalho. Quer do ponto de vista específico, enquanto entidade que organiza os trabalhadores para essa luta e fomenta a conquista dos direitos; quer do ponto de vista mais geral, no crescimento do sentimento de classe, na formação ideológica do trabalhador.

### PLURALISMO SINDICAL

A PEC é radical em pôr fim à unicidade sindical; revoga, inclusive, a definição do município como base territorial mínima da representação. Ao Estado caberá atribuir personalidade sindical às entidades, evitando uma multiplicidade que impediria a negociação coletiva. Hoje, o Poder Público apenas registra as entidades. Estabelecer a outorga sindical como competência do Estado é uma grande mudança, imposta pelo modelo de pluralismo adotado. É paradoxal, mas os defensores dessa liberdade sindical acabam dando mais poder ao Estado para interferir na organização dos trabalhadores.

O fim da unicidade não

## trabalhador nem consta mais da regulamentação da reforma sindical

assegura o fortalecimento das entidades, muito ao contrário. A regulamentação constrói um modelo que mescla a exigência de representatividade direta, pautada em filiações, com a indireta – derivada da vinculação a outras entidades de grau superior, às chamadas entidades orgânicas.

A exclusividade de representação, que impede a constituição de outras entidades sindicais naquela esfera de representação, somente é admitida enquanto um dispositivo transitório, cabível exclusivamente às entidades pré-existentes à reforma e que atenderem a outros requisitos fixados em lei. Com o tempo, esse modelo implanta efetivamente o pluralismo.

Um ponto importante desta reforma é a exigência de democratização interna para as entidades sindicais. No entanto, ela está restrita às entidades com exclusividade de representação; pela regulamentação ela não é extensiva a todas as entidades. A democratização interna deveria ser uma exigência para todas as entidades sindicais e não um ônus da exclusividade de representação.

### COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS

Parte das modificações na Justiça do Trabalho já ocorreu com a Emenda Constitucional nº 45<sup>[4]</sup>, mas a PEC também trata do assunto. A EC-45 foi positiva ao ampliar a Justiça do Trabalho para abranger todas as relações de trabalho. Antes, era restrita às ações entre trabalhadores e empregadores. A abertura é benéfica, mas será definida na

### Reforma implementa um novo obstáculo ao ajuizamento das demandas coletivas ao exigir a prévia anuência dos patrões

regulamentação e pelos julgados ao longo do tempo.

Publicamente, a Reforma do Judiciário estava centrada na transparência (criação do controle externo, etc.) e na busca da celeridade (súmula vinculante, súmula impeditiva de recurso). Mas, ela suprimiu o poder normativo da Justiça do Trabalho e ainda restringiu a capacidade de solucionar conflitos, condicionando o dissídio coletivo de natureza econômica ao comum acordo entre trabalhadores e empregadores.

Pior, ainda, porque o fim do dissídio e do poder normativo precedeu a instituição dos novos modelos de negociação coletiva e de arbitragem pública e privada. Não que a adoção simultânea resolvesse a questão, mas a forma adotada colocou os trabalhadores em uma situação criticamente desfavorável.

A exigência de “comum acordo” das partes é o fim do dissídio coletivo. A Justiça deixará de ser o árbitro natural, o último refúgio, para onde se dirigem as pretensões exatamente diante da recusa da parte contrária em negociar ou acordar. A reforma trabalhista de FHC já vinha dificultando o acesso individual à Justiça do Trabalho ao exigir a prévia discussão nas Comissões de

Conciliação Prévia. O que essa reforma implementa é um novo obstáculo intransponível para o ajuizamento das demandas coletivas pelos trabalhadores – a prévia anuência do patronato.

Sem negociações e sem Justiça do Trabalho, prevalecem as condições vigentes da contratação, inclusive o congelamento dos salários. Em geral, em todos os tipos de contratos, pode-se recorrer ao Judiciário para a repactuação das condições, especialmente para recompor o equilíbrio econômico em seus contratos. Sem essa recomposição, o prejuízo imposto a uma das partes resulta em enriquecimento sem causa à outra. Pela reforma, restará ao trabalhador, se inconformado com a recusa dos patrões à negociação, pedir demissão – o que nem sempre é opção.

### POSIÇÕES EM CONFRONTO

Amplos setores, pelos mais diversos motivos, pretendem pôr fim à unicidade sindical e, especialmente, viabilizar o processo de negociação coletiva, fundamental para a reforma trabalhista. Há quem defenda reformas visando fortalecer o sindicalismo e a luta dos trabalhadores por melhores salários. Mas, é por outros motivos que essas reformas constam da agenda e dos acordos de vários organismos internacionais.

Ponto importante para o enraizamento e o fortalecimento do sindicalismo é a criação e a disseminação da representação por local de trabalho. Nesse caso,

houve avanço na nova redação da PEC: ela suprime da Constituição terem essas representações “a finalidade exclusiva de promover-lhes [aos trabalhadores] o entendimento direto com os empregadores”. Mas na regulamentação contida no anteprojeto de lei ainda está presente essa grande restrição, colocando a estrutura por local de trabalho mais identificada com as atuais Comissões de Negociação Prévia do que com o movimento sindical propriamente dito.

A preocupação com a democratização das entidades também não está plenamente incorporada na nova reforma. Pelo anteprojeto de lei, a democratização não é um pressuposto universal aplicável a todas as entidades – ficará restrita àqueles sindicatos que adotarem a exclusividade de representação. A proposta dos comunistas preconiza a universalização da democratização das entidades, abrangendo eleições, estatutos e a própria gestão das entidades e o aprimoramento da unicidade, concedendo a todos os trabalhadores o direito à opção da exclusividade, sem restrições, tanto para os atuais sindicatos, quanto para os que vierem a ser formados.

É acertada a estratégia que coloca a reforma sindical, visando o fortalecimento e a democratização do movimento sindical, precedendo os debates ou movimentos da reforma trabalhista. Esta, inclusive, deveria aguardar ainda um cenário de crescimento econômico que diminuísse o desemprego e criasse melhores condições para a atuação e o fortalecimento das entidades. Mas, não há garantias para o seu sucesso; veja a grande pressão do empresariado. A PEC não trata diretamente da reforma trabalhista. Contudo, durante a sua tramitação pode haver resultados indesejáveis. E o



### Uma reforma digna de apoio tem de estar voltada ao resgate da capacidade de luta dos trabalhadores e, por conseguinte, da valorização do trabalho

cenário surgido com a eleição da nova Mesa da Câmara dos Deputados somente reforça esses receios.

A PEC do Executivo tramitará em conjunto com outras propostas que buscam também alterar o artigo 8º da Constituição Federal (que trata da questão sindical). E existem várias delas, muitas de autoria de parlamentares do PT. A tramitação em conjunto significa, entre outras questões, que o conteúdo constante de todas as proposições poderá ser tratado como uma única matéria.

Tomemos, por exemplo, a PEC-252, de 2000, de autoria do deputado federal Ricardo Berzoini. Uma modificação

contida nessa proposta altera o mesmo artigo 8º para introduzir um inciso com a seguinte redação: “VI – o contrato coletivo de trabalho por ramo de produção é a base do sistema jurídico do trabalho, podendo ocorrer a contratação complementar por empresa, por região ou local de trabalho, sendo obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações e nas contratações coletivas de trabalho”.

Uma redação como essa, ou outra similar que transforme o contrato de trabalho na base do sistema jurídico do trabalho, resume uma reforma trabalhista, colocando inclusive a prevalência do contrato sobre a legislação mínima de direitos e de proteção ao trabalho. Todas essas questões indicam que essa reforma não pode tramitar açodadamente, nem é possível qualquer compromisso com o seu conteúdo atual. É indispensável ampliar a mobilização contra a PEC-369.

#### NOTAS

- 1- Nota Técnica nº 4. “A regulação do trabalho no Brasil: obstáculo ao aumento da renda e do emprego”. CNI, janeiro de 2005;
- 2- Essas expressões aparecem tanto na Mensagem do Presidente para abertura da Sessão Legislativa do Congresso Nacional, quanto nos documentos do Ministério do Trabalho e do Emprego;
- 3- Siqueira Neto, José Francisco. “Direito do trabalho e democracia”. Editora LTr, São Paulo, 1996;
- 4- A reforma do Judiciário iniciou-se em 1992; mas somente em 1999, com a CPI do Judiciário, ganhou corpo e atenção. A Câmara concluiu as votações em 2000, enviou a proposta ao Senado, onde tramitou até novembro de 2004. Parte do texto foi promulgada, com a Emenda Constitucional nº 45; partes controversas ainda tramitam.

João Batista Lemos é coordenador da Corrente Sindical Classista e Flávio Tonelli Vaz é assessor técnico da liderança do PCDoB na Câmara dos Deputados.

# As perspectivas das negociações coletivas

O anteprojeto do governo, a partir do consenso equivocado do Fórum, adota a pluralidade como regra e a exclusividade, denominação dada à unicidade, como exceção

JOSÉ CARLOS AROUCA

**P**ode-se dizer que as negociações coletivas surgiram com a organização dos trabalhadores como classe. A união espontânea daqueles que vendiam a força de trabalho, como único bem capaz de prover o sustento próprio e familiar, deveu-se a formação de uma nova consciência, partida do reconhecimento da soma dos valores individuais, da unificação das reivindicações mais sentidas e da coletivização da luta por salários mais justos e melhores condições de trabalho. Buscava-se o seu reconhecimento como expressão social, com força capaz de afetar os interesses dos detentores do capital e do poder político.

**Trabalhadores, Governo e Empresários construindo juntos a nova legislação do trabalho**

**Câmara dos Deputados  
Brasília, 02 de Março de 2005  
Auditório Nereu Ramos**



Rose Brasil/ABr

## O anteprojeto do governo institui a representação dos trabalhadores nos locais

O ideal almejado por todos consistia na ascensão na escala social e participação na riqueza nacional, com acesso aos bens básicos da comunidade, como habitação, alimentação, educação, higiene, saúde, garantias na velhice e na enfermidade, especialmente, a previdência social. Por isto mesmo, as reivindicações perderam a marca individualista, praticamente inviável no início da industrialização e ainda mais no meio rural, para coletivizarem-se, unindo a massa de trabalhadores que atuava coletivamente, mas se expressava através de uma comissão escolhida nas reuniões quase sempre clandestinas.

Os proprietários, capitalistas e empresários que eram também os donos do poder, presentes diretamente ou através de seus aliados nas Assembléias Legislativas e no Executivo, dos Estados e da República, além do que sempre próximos do Judiciário, ocupado por seus descendentes, parentes ou amigos, não admitiam sequer que se reivindicasse, já que o poder significava o arbítrio para fixar o valor da contra-prestação salarial e determinar as condições de trabalho.

Bem mais tarde, a partir da metade do século XIX, as organizações de classe tornaram-se permanentes e conquistaram o reconhecimento e a legalidade. A greve foi indubitavelmente o instrumento de força unitária que compeliu os empregadores a abdicar de seu autoritarismo e ceder para negociar as reivindicações de seus empregados.

Em países avançados, segundo

a Organização Internacional do Trabalho, "antes mesmo de as negociações coletivas adquirirem sua atual importância, alguns sindicatos de trabalhadores especializados tratavam de regulamentar os salários unilateralmente, para o que se reuniam e fixavam tarifas sindicais de salários, comprometendo-se solenemente como membros do sindicato, a não trabalhar com salários inferiores às referidas tarifas. Chegavam, inclusive, a comprometer-se a não trabalhar com obreiros que aceitassem salários inferiores". A negociação coletiva, como regra, constitui a forma mais marcante da atuação sindical. Seria a realização da liberdade sindical coletiva, ou seja, a liberdade que tem o grupo organizado de autodeterminar-se e de assim estabelecer um ordenamento jurídico próprio.

No Brasil, o Decreto número 21.761, de 23 de agosto de 1932, instituiu a Convenção Coletiva de Trabalho, modelada segundo a lei francesa, sem, contudo, sensibilizar os seus destinatários, trabalhadores e empregadores, diante da incipiente organização dos primeiros e atraso dos segundos, ciosos de defenderem suas empresas como verdadeiras

cidadelas, onde reinavam absolutos. Quando a Constituição de 1934 reconheceu as convenções de trabalho, implicitamente ela admitiu a livre negociação coletiva. A Constituição de 1988, no inciso VI do artigo 8º, atribuiu aos sindicatos profissionais exclusividade no comando das negociações.

### FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS

As negociações coletivas são o nascedouro das convenções e acordos coletivos, mas, também, da greve, da mediação e da arbitragem. Mas podem valer para o bem e para o mal. A Constituição, no artigo 7º, permitiu que por seu intermédio pudessem ser flexibilizados os dois componentes principais do contrato de trabalho: os salários, no inciso VI, e a jornada, nos incisos XII e XIII.

Da disciplina que lhe deu o decreto-lei nº 229, de 1967, pouco resta, substituída pelas roupagens economicistas da Lei nº 10.192, de 2001. Com as reformas legais impulsionadas pelo neoliberalismo no governo Fernando Henrique Cardoso, a flexibilização foi sacramentada com o comprometimento dos sindicatos pela negociação coletiva em diferentes diplomas legais: contrato a prazo determinado, Lei nº 9.601, de 21.1.98; banco de horas, com a redação ao artigo 59 da CLT, alterada depois pela Medida Provisória nº 2.164, de julho de 1998; contrato de trabalho a tempo parcial e suspensão do contrato de trabalho.

**Causou surpresa o corte do artigo que acolhia princípio da prevalência da norma mais favorável; rumo à flexibilização?**

## de trabalho a margem dos sindicatos, paralela ao sistema sindical

### REFORMA SINDICAL

O anteprojeto que teria resultado do consenso entre capital, trabalho e governo, costurado no Fórum Nacional do Trabalho, deu às entidades sindicais o papel de artífice na realização do tratado de paz para alcançar o “futuro virtuoso das relações de trabalho no Brasil”<sup>[1]</sup>.

O texto final, repenteado na Casa Civil, negou aos sindicatos o papel político que lhe é inerente, como expressão do pluralismo que constitui um dos pilares da democracia<sup>[2]</sup>, dando-lhe como atribuições e prerrogativas a

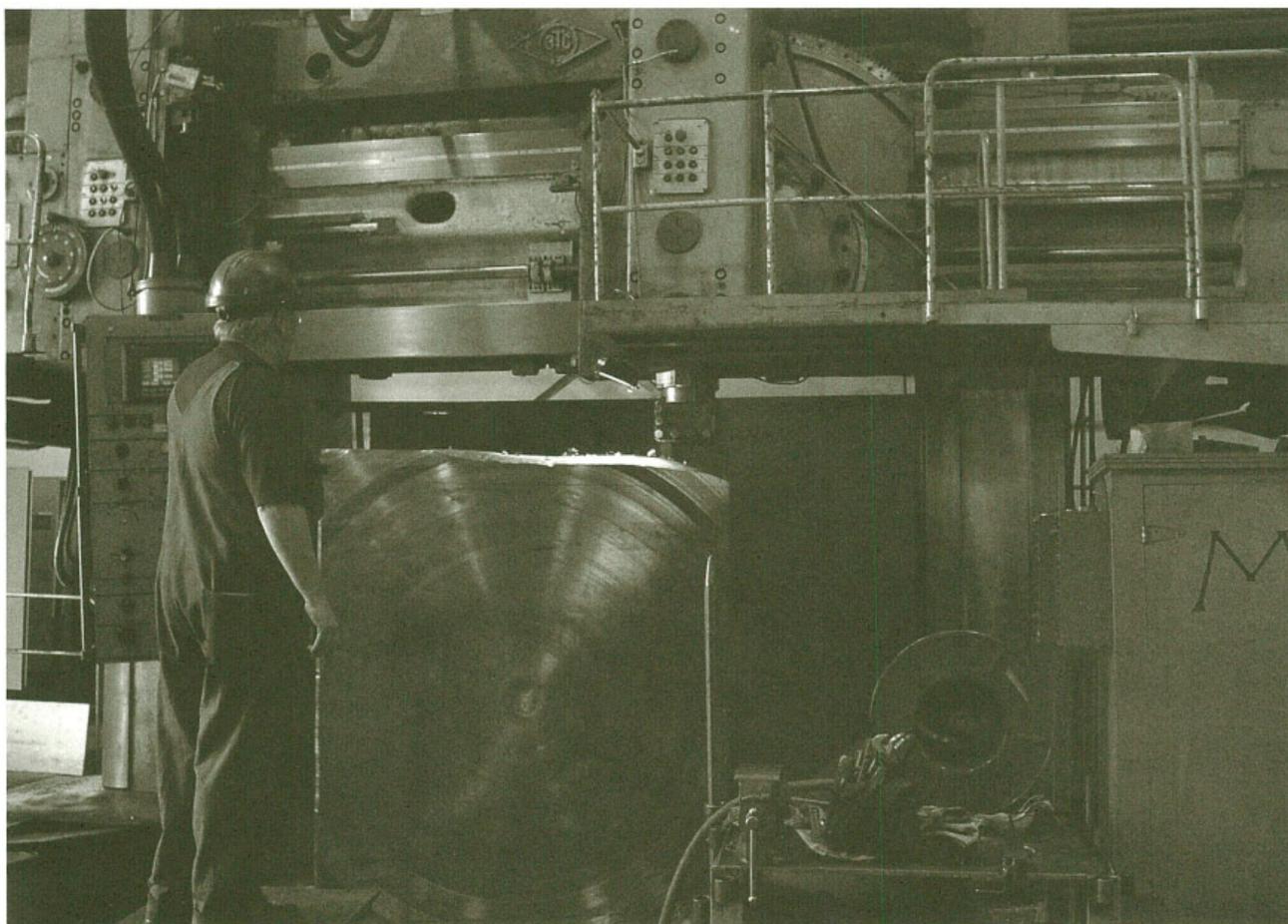
representação dos interesses de seus filiados, a defesa em juízo de seus direitos individuais e, fundamentalmente, a “propor e participar das negociações coletivas”, celebrar contratos coletivos e estabelecer contribuições de negociação coletiva<sup>[3]</sup>. Nesta linha, a Exposição de Motivos repete nove vezes a palavra diálogo e dezesseis vezes refere-se à negociação coletiva.

Causou surpresa e receio o corte que sofreu o artigo 105 na quinta versão do anteprojeto, que acolhia o princípio da prevalência da norma mais favorável, precisa e

correta ao dispor que “prevalece a disposição mais favorável ao trabalhador em caso de conflito entre cláusulas de contratos coletivos, entre cláusulas de contratos coletivos e disposições legais ou entre cláusulas de contratos coletivos e de contratos individuais”. Seria reabrir o caminho para a adoção do negociado sobre o legislado na reforma trabalhista?

### NEGOCIAÇÕES E CENTRAIS

O relatório final do FNT assinalou que dentre os objetivos





Hermínio Oliveira/ABr

da nova legislação destacava-se “fortalecer as centrais sindicais e as confederações de empregadores como entidades nacionais e órgãos de direção da estrutura sindical de trabalhadores e de empregadores, respectivamente”<sup>[4]</sup>.

Seguindo o modelo italiano, adotou a negociação articulada, de nível nacional, que vincula os sindicatos de base, a menos que requeira sua exclusão até o momento da celebração do contrato coletivo<sup>[5]</sup>, pois do contrário, terá de submeter-se àquilo que for acertado pela entidade de nível superior, que “poderá indicar as cláusulas que não serão objeto de modificação em níveis inferiores”<sup>[6]</sup>.

Até a quinta versão, as entidades sindicais de qualquer nível poderiam propor a negociação e celebrar contratos coletivos<sup>[7]</sup>. O último manteve o texto, deixou como atores coletivos as entidades sindicais, mas no parágrafo único do artigo 97 excluiu as centrais, especificando que “as confederações, federações e sindicatos de trabalhadores e de empregadores poderão instaurar a negociação coletiva e celebrar o contrato coletivo”.

Fora de qualquer dúvida, o anteprojeto acertou quando assentou que “a conduta de boa-fé constitui princípio da negociação coletiva”, entendendo-se como tal o atendimento à proposta de negociação, a formulação de propostas e contra-propostas, salvo recusa justificada. Neste ponto, atua o acesso à Justiça do Trabalho para prevenir ou reprimir práticas anti-sindicais, possibilitando ao juiz do trabalho a imposição de multa punitiva contra o empregador ou seu sindicato<sup>[8]</sup>.

## NEGOCIAÇÃO E PLURALIDADE

O anteprojeto, a partir do consenso equivocadamente obtido no Fórum, adota a pluralidade como regra e a exclusividade, denominação dada à unicidade, como exceção; em outras palavras, o bem e o mal. O bem permite que todos os sindicatos credenciados participem da negociação, rejeitando a prevalência do sindicato mais representativo, admitida pela OIT e que significa a unicidade na pluralidade.

Na forma do modelo adotado, a negociação será conduzida por comissão constituída

proporcionalmente, conforme a representatividade dos participantes. E o contrato, naturalmente, poderá ser celebrado por qualquer um deles, tendo por abrangência apenas seus filiados.

O anteprojeto institui a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho a margem dos sindicatos, como integrante do sistema sindical, mas paralela, devendo atuar em colaboração com ele<sup>[9]</sup>. Será assim, espécie de sindicato de empresa, mas unitário<sup>[10]</sup>.

Segundo o artigo 88, “a negociação coletiva na empresa poderá ser conduzida diretamente pela representação dos trabalhadores”, caso o sindicato, “notificado sobre o objeto da negociação”, deixe de avocar sua direção. Recusando-se a celebrar o contrato, poderá fazê-lo a comissão. Fica assim restabelecido o artigo 617 da CLT fora superado pelo monopólio atribuído aos sindicatos profissionais de manter negociações coletivas de trabalho, com graves danos para os trabalhadores.

## NOTAS

- 1- Relatório final do Fórum Nacional do Trabalho, página 12;
- 2- Constituição Federal artigo 1º, IV;
- 3- Anteprojeto, página 13;
- 4- Relatório do FNT, página 12;
- 5- Anteprojeto, artigo 101, parágrafo 4º;
- 6- Anteprojeto, artigo 101, parágrafo 3º;
- 7- Anteprojeto, artigo 101;
- 8- Anteprojeto, artigos 99, 175, X, 177, III;
- 9- Anteprojeto, artigo 61;
- 10- Anteprojeto, artigo 61, parágrafo 1º.

José Carlos Arouca é juiz do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho e foi advogado de diversos sindicatos de trabalhadores em São Paulo



Rose Brasil/ABR

# Do consenso no FNT ao dissenso no Congresso Nacional

**A PEC-369, que altera os artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição, chegou ao parlamento dividindo opiniões e acirrando os ânimos**

MARCOS VERLAINE

O tema deste ano no Congresso Nacional é a reforma sindical. O clima da primeira audiência pública no Legislativo, em 16 de março, realizada pela Comissão de Trabalho, explicitou isto. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 369,

de 2005, que altera os artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição, chegou à Câmara dividindo opiniões e acirrando ânimos.

O texto em discussão na Câmara foi gestado pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT) que, por dezesseis meses, reuniu representantes dos trabalhadores e do patronato, sob a mediação do governo, a fim de apresentar uma

proposta de reforma sindical. Além da PEC, o FNT produziu um anteprojeto de lei de relações sindicais que regulamenta a reforma. Trata das medidas infraconstitucionais que só serão apreciadas se e quando a PEC for aprovada pelas duas Casas do Congresso.

A proposta de reforma sindical do governo Luiz Inácio Lula da

## O relator da proposta na CCJC, deputado Maurício Rands, adiantou que tratará a

Silva mexe na estrutura da organização sindical brasileira. O aspecto central do debate é a alteração do artigo 8º da Constituição que traduz a

organização do movimento sindical no Brasil: sistema confederativo, financiamento compulsório e apenas um sindicato por categoria e base

territorial (unicidade sindical).

No que depender do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, tudo isso cai por terra. Embora a reforma tenha aspectos positivos, como a representação no local de trabalho, a possibilidade de negociação no serviço público e algum critério de representatividade, no geral a proposta é ruim porque fragiliza a estrutura sindical. Isto é patente.

### PASSO A PASSO DA PEC

Uma PEC pode ser de iniciativa do presidente da República; de um terço (172) dos (513) deputados; de um terço (27) dos 81 senadores; de mais de metade (14) das (27) assembleias legislativas dos Estados, incluída a Câmara Legislativa do Distrito Federal. O quorum para aprovação é 3/5 (três quintos) dos votos (308) dos deputados e três quintos dos votos (49) dos senadores, em duas votações em cada Casa.

#### Na Câmara de Deputados

- CCJC - Comissão de Constituição e Justiça para admissibilidade, cinco sessões;
- Comissão Especial para mérito, até 40 sessões, podendo ser emendada nas dez primeiras;
- plenário, para dois turnos de votação, com intervalo de cinco sessões entre um turno e outro.

#### No Senado Federal

- CCJC para admissibilidade, até 30 dias;
- plenário para discussão e emendas, por cinco sessões;
- com emenda, retorna à CCJC, por mais 30 dias para oferecimento de parecer sobre as emendas;
- sem emenda, votam-se os dois turnos, com intervalo de

cinco sessões entre o primeiro e o segundo.

Aprovada na segunda Casa:

- sem modificação, o texto é promulgado e entra em vigor imediatamente;
- com emenda ou substitutivo, retorna à Casa de origem, onde o substitutivo percorrerá todo o processo anterior;
- se, no retorno, for aprovada sem emenda a matéria é promulgada pelo Congresso;
- se a Casa de origem não concordar com as mudanças feitas pela Casa revisora, a matéria fica num pingue-pongue eterno, até um dia as duas Casas se entenderem.

Para evitar o pingue-pongue, a saída que o Senado tem adotado é a promulgação parcial incluindo apenas as partes aprovadas nas duas Casas e mandando para o arquivo (quando se tratar de supressão, caso da reforma administrativa e também da PEC da CPMF) ou transformando em nova PEC (quando se tratar de acréscimos). Quanto à promulgação, trata-se de competência privativa do Congresso Nacional. Não cabe sanção nem veto presidencial.

### PROCESSO DE CONCESSÕES

O relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Maurício Rands (PT/PE), destacou que “a proposta do FNT não representa a posição integral de qualquer dos atores. Antes, representa um processo de concessões recíprocas”.

Ele adiantou que tratará a proposta de forma madura, “sem açodamentos, mas não vamos deixá-la se arrastando”. Rands disse, ainda, que em entendimentos com o presidente da CCJC, deputado Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ), vai realizar audiências públicas para debater a reforma. Na primeira, “vamos conversar com os representantes jurídicos dos principais atores”.

**A reforma estimula a “pulverização e fragiliza todos os sindicatos”, afirma Marcelo Barbieri, deputado do PMDB**

## PEC de forma madura, “sem açodamentos, mas não vamos deixá-la se arrastando”

No primeiro debate sobre a matéria na Câmara, apenas o deputado Vicentinho (PT/SP) apoiou a proposta. Foi uma voz dissonante em meio às várias falas de deputados contrários ao texto. Resultado, sob vaias das lideranças sindicais presentes à audiência pública, ficou na planície. Entretanto, a posição de Vicentinho encontra respaldo em vários setores do Congresso. Caso contrário, o parlamentar não ousaria se expor.

### “FÓRUM DE NOTÁVEIS”

O deputado Walter Barelli (PSDB/SP), membro da Comissão de Trabalho e interlocutor tucano para o tema, disse que não gostou do método adotado pelo governo para discutir a reforma. “O FNT funcionou como um fórum de notáveis e não dialogou com os interessados”. Barelli concorda que deva haver uma reforma trabalhista e sindical. Quanto a isso não tem dúvida, mas não acha o tema central, pois o “emprego é o grande problema” brasileiro.

O ex-diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) entende que a “estratégia [do governo] é inteligível, mas não é explicável para a população”. Isto, porque, Barelli entende que “ter bons sindicatos não é necessariamente ter bons empregos”. Ele destacou ainda que a alteração da categoria por ramo de atividade foi uma boa resolução. Entretanto, é preciso haver “uma revolução cultural [no movimento sindical].

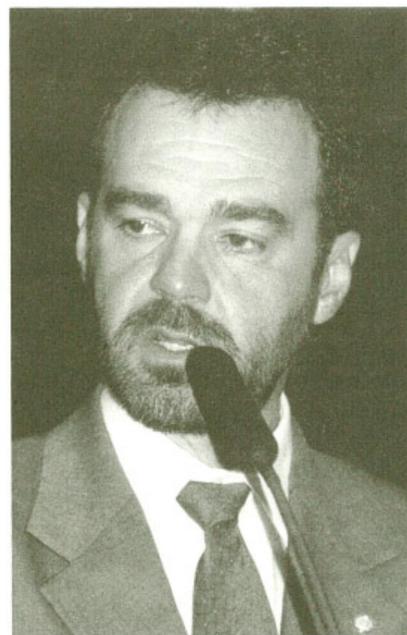
### Para o vice-líder da bancada do PCdoB, Daniel Almeida, a proposta “reforça as políticas liberais nas relações de trabalho”

É preciso ideologia, princípios. Isto não é o que tem sido pregado”, frisou.

### “FRAGILIZA OS SINDICATOS”

O representante do PMDB no debate da reforma, deputado Marcelo Barbieri (SP), é outro parlamentar que não concorda com a proposta. Ele disse que ela vai estimular a “pulverização sindical e fragilizar os sindicatos de modo geral”. Barbieri defende uma reforma sindical tendo como base o Projeto de Lei (PL) nº 4.554/04, cujo primeiro signatário é o deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG). O projeto é defendido pelas confederações e propõe alterações na legislação em vigor, mas mantém a unicidade, o custeio compulsório e a possibilidade de os trabalhadores recorrerem à Justiça do Trabalho (o poder normativo).

A proposta de reforma sindical, segundo o vice-líder da bancada do PCdoB, Daniel Almeida (BA), “reforça as políticas liberais nas relações de trabalho”. Almeida destaca, ainda, que a proposta “não tem o



Portal: www.vermelho.org.br

grau de unanimidade como alguns afirmavam”. E continua: “É uma proposta do FNT, o consenso está longe de existir. Não há consenso entre as centrais, no movimento sindical e nas bancadas partidárias”.

O parlamentar comunista entende também que é um equívoco o governo bancar uma proposta polêmica como a reforma sindical. Segundo ele, a base de sustentação do governo deveria lutar para desvincular a proposta do Planalto. Isto é, “o esforço é para que o governo não intervenha diretamente no processo. Deixe que seja uma batalha entre patrões e trabalhadores”, a partir de seus representantes no Legislativo.

Marcos Verlaque é assessor parlamentar do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria parlamentar)

# Associação profissional e reforma sindical

Desde 1934, em todas as Constituições Brasileiras, a expressão "associação profissional" constava do artigo que tratava da organização sindical. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 369, de iniciativa do governo federal, que trata da reforma sindical, pela primeira vez exclui aquela expressão.

Com a substituição da expressão "é livre a *associação profissional* ou sindical" por "é assegurada a liberdade sindical", quis o governo eliminar a capacidade de representação das associações profissionais?

## RISCO APARENTE

Em sentido amplo, aparentemente não. A Constituição e o Código Civil garantem ao gênero associação, do qual a associação profissional é uma espécie, o direito de constituição e existência.

A Constituição, especificamente no artigo 5º, assegura, no inciso XVII, a plena liberdade de associação, o que alcança as de natureza profissional; e, no inciso XVIII do mesmo artigo, ela proíbe a interferência do Estado em seu funcionamento. O novo Código Civil também dispõe sobre a criação e funcionamento das associações sem fins econômicos. Sobre a criação e a existência não há óbices legais.

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



## Projeto do governo leva ao natural esvaziamento das atuais associações

Em sentido específico, porém, o texto oficial da reforma poderá, de fato, comprometer o funcionamento destas associações. É que a PEC, conjugada com o projeto de lei destinado a sua regulamentação, reserva às entidades sindicais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho a capacidade de representação dos assuntos de natureza profissional, fato que leva ao natural esvaziamento das associações profissionais que não se constituírem em entidades sindicais.

## BARREIRA LEGAL

Nos termos da proposta da reforma sindical, para ter capacidade de representação e defesa de interesses profissionais, a entidade terá que ser reconhecida e caracterizada como entidade sindical.

O projeto prevê que

"trabalhadores e empregadores têm direito a constituir entidades para fins sindicais, sem autorização prévia, cumprindo ao Ministério do Trabalho e Emprego o reconhecimento de representatividade". Prevê também que as entidades sindicais de trabalhadores poderão se organizar na forma de central, confederação, federação e sindicato, em âmbito de atuação nacional, interestadual, estadual, intermunicipal e municipal. Estabelece, por último, que somente as entidades sindicais, e desde que reconhecida sua representatividade, terão direito de representar e negociar em nome dos trabalhadores e ou servidores representados.

## ENTIDADES DE PRESTÍGIO

Com a eventual adoção do novo modelo proposto, salvo melhor juízo, entidades como a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, no setor privado, ou como a Associação Nacional dos Auditores da Previdência, no setor público, que gozam de grande prestígio e credibilidade pelos serviços prestados aos seus profissionais e ao próprio país, poderão se inviabilizar pela completa ausência da possibilidade de representação de seus associados nos planos judicial, administrativo ou institucional.

O debate está posto e precisa ser aprofundado para que se fortaleça o sindicalismo sem necessariamente inviabilizar as associações com experiência acumulada e serviços prestados.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

# Fora do lugar

Fenômeno provavelmente tão antigo quanto a humanidade, as migrações ganharam proporções inéditas nas últimas décadas: já há 175 milhões de pessoas fora de seus países de origem. Garantir-lhes dignidade demanda distribuição das riquezas no mundo e o reconhecimento da "cidadania internacional"

## Estimativas da ONU dão conta da existência de 175 milhões de migrantes ao redor do mundo – algo como um Brasil fora de casa

RITA CASARO

**E**stimativas da ONU (Organização das Nações Unidas) dão conta de 175 milhões de migrantes ao redor do mundo – algo como um Brasil fora de casa. O número cresceu aos saltos: em 1960, eram 76 milhões. Fenômeno talvez tão antigo quanto a própria humanidade, a migração do final do século XX e início do XXI tem características peculiares. Em primeiro lugar, denota o caminho de volta daquele feito em fins dos anos 1800. O fluxo dá-se, principalmente, do Sul para o Norte. A Europa, antes exportadora de mão-de-obra, tornou-se o destino de latino-americanos, africanos e asiáticos, que fogem do desemprego, miséria ou conflitos violentos. Os Estados Unidos continuam a ser uma espécie de Eldorado para todos. Só lá vivem cerca de 40 milhões, grande parte oriunda da América Latina, especialmente do México.

Outro ponto marcante da atualidade é a xenofobia enfrentada por quem tenta a sorte em terra estrangeira. “Nunca houve uma resistência tão grande aos migrantes. Isso se dá pelo

nível de desigualdade a que chegamos, que faz com que os países que acumularam vantagens com o sistema atual procurem defender sua situação privilegiada”, analisa o bispo D. Luiz Demétrio Valentim, presidente do SPM (Serviço Pastoral dos Migrantes).

### CIDADANIA UNIVERSAL

Esse abismo existente entre as condições de vida nas nações centrais e nas periféricas e a falta de solidariedade que o perpetua foi um dos aspectos levantados por D. Demétrio durante o Fórum Social das Migrações, realizado pelo SPM em Porto Alegre, em janeiro último, às vésperas da quinta edição do Fórum Social Mundial. Contra isso, ele defende a “cidadania internacional”. “É preciso uma

postulação ética que reconheça a todos, independentemente de onde se tenha nascido, como membros da humanidade, cidadãos do mundo. Essa será a base para que os migrantes possam postular sua dignidade e seus direitos”, propõe.

Mais que um apelo à tolerância, ele sugere uma base de comparação bastante prática: “Há livre direito de circulação de capitais. Por que não se estabelece uma relação mínima entre isso e a circulação de trabalhadores. Quem emite uma moeda que é aceita no mundo todo, como os Estados Unidos, deveria abrir as portas da sua economia”. Concorde com a tese Luiz Bassegio, da Secretaria Continental do Grito dos Excluídos e um dos organizadores do evento do SPM. “O fenômeno migratório aponta para a necessidade de repensar o mundo,

Divulgação



**Eles experimentam a discriminação, a ausência de direitos, a superexploração do trabalho e o temor de serem deportados**

não mais baseado na competitividade, mas na solidariedade; não na concentração, mas na repartição; não no fechamento das fronteiras, mas na cidadania universal. Enfim, num mundo baseado não no consumo desenfreado, mas numa sociedade sustentável, onde haja lugar e vida digna para todos”, pondera ele em artigo publicado no site [www.planetaportoalegre.net](http://www.planetaportoalegre.net).

O sociólogo George Martine vai além e, mais que um direito, vê as migrações como um fato positivo e uma forma de buscar o desenvolvimento. “Isso é visto como problema por uma inconsistência entre o discurso e a prática liberal. Todos os anos, os migrantes remetem US\$ 100 bilhões para casa. Em 2003, segundo o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), só os da América Latina e do Caribe mandaram US\$ 38 bilhões a seus países de origem”, informa. Tendo em vista a relevância dessa receita para as nações que a recebem, ele propõe que essas contribuam para que o chamado mundo sem fronteiras valha também para as pessoas.

A dominicana Mônica Santana, membro do Centro de Trabalhadores Latinos, de Nova York, faz coro à defesa da livre circulação de cidadãos. “A mobilidade humana nunca vai acabar, é parte da história. Por isso, é preciso trabalhar para que haja leis que eliminem a exploração do trabalho e combatam o racismo”. Ela lembra a contradição de países que vivem a escassez de mão-de-obra, mas temem a “invasão” dos estrangeiros e os discriminam. “Nos Estados Unidos, a média de idade da população já atingiu os 50 anos. O direito à aposentadoria já passou dos 62



Divulgação

para 65 anos; e pode ser transferido para os 70. Isso demandará trabalho de imigrantes, que devem ter as mesmas condições oferecidas aos nativos”.

A essa proposta opõem-se, no caso específico dos EUA, o pensamento conservador mais em alta no que nunca com a reeleição de George W. Bush. “No âmbito político, há a percepção de que o imigrante é um invasor, vem destruir o ambiente, é um delinquente. Esse pensamento sempre existiu, mas agora é muito forte. E, mais perigoso, começa-se a legislar segundo esse ideário: em 2001, a lei de imigração foi ainda mais endurecida”, constata Mônica. Os defensores da “América para os americanos”, como se o continente já lhes pertencesse, alegam também que os imigrantes representam gastos para o Estado. “Isso não é verdade porque os indocumentados não têm acesso aos serviços públicos, a não ser a atendimento médico emergencial. Um estudo feito num Estado da Costa Oeste mostrou que eles aportavam aos cofres públicos US\$ 90 bilhões e recebiam em serviços US\$ 9 bilhões. Mas a retórica é de que são saqueadores, que as mulheres vão ao país para engravidar”.

Ela aponta também a grande ironia que permeia essa intolerância: “Diversos políticos do Partido Republicano, nomeados a postos importantes na atual administração, tiveram que declinar porque em suas fichas constava a contratação de mão-de-obra ilegal, o que é uma infração. Isso mostra a hipocrisia de um país que precisa do imigrante, mas o rechaça”.

## ILHAS DE PROSPERIDADE

O discurso é certamente incontestável, mas não elimina outros aspectos da migração, nem sempre uma decisão voluntária. “Ajuda pouco quando tratamos esse fenômeno como natural. Devemos explicá-lo a partir da sociedade em que vivemos, o capitalismo caracterizado pelo economicismo real”, teoriza o filósofo alemão Robert Kurz. Assim, salienta ele, os fluxos de mão-de-obra se dão entre países ou dentro de uma mesma nação – como o tradicional fluxo do Nordeste brasileiro para o Sudeste ou as enormes ondas migratórias na China em direção aos locais onde se desenvolve o agronegócio exportador – porque as pessoas se sentem coagidas a buscar a



Rynetta Davis

## “Nunca houve uma resistência tão grande aos migrantes; os países que acumularam vantagens procuram defender sua situação privilegiada”

sobrevivência nas “ilhas de prosperidade rodeadas de oceanos de economias devastadas”.

A tragédia, completa ele, é que o capitalismo da era dos microeletrônicos não absorve mais essa mão-de-obra e não tem condições de lhe garantir a sobrevivência. “Essa que foi a terceira revolução industrial acabou com diversos postos de trabalho e gerou o que se chama de desemprego estrutural na Europa. Em todos os países do mundo, regiões inteiras tornam-se zonas mortas”. Portanto, adverte, pouco há a fazer em prol dos migrantes se for mantido o sistema que gera tal situação.

A explosão das migrações nas últimas décadas, concorda Mônica Santana, acompanhou a implementação das políticas neoliberais. “Esses fluxos se agudizaram quando se deu a globalização dos mercados e a livre circulação dos capitais financeiros. Por isso, há urgência de políticas que combatam a pobreza e a dependência no continente”, defende.

### OS SEM-DOCUMENTOS

Enquanto não se acham saídas à miséria na qual vivem as populações que deram o azar de nascer na parte errada do mundo e tampouco se atende ao chamado ético para que os seres humanos tenham seus direitos reconhecidos em qualquer parte, mantém-se o sinistro quadro da clandestinidade. A vítima dessa situação é o imigrante ilegal, como denomina o *status quo*, ou indocumentado, como querem as organizações que o assistem.

Completamente vulnerável, converte-se em fonte de lucro fácil para uma rede articulada, que inclui os coiotes – aqueles que colocam os migrantes do outro lado da fronteira – as autoridades policiais que se deixam corromper e os empregadores que os exploram.

“Nesse caso, os problemas são geralmente falta de pagamento, jornada excessiva e assédio no local de trabalho”, conta Mônica, que orienta os imigrantes nos Estados Unidos. Mas há também outros aproveitadores da situação. “Há abusos por parte dos locadores dos apartamentos, que cobram mais que o devido, não fazem manutenção nos edifícios, não provêem calefação”.

Tal situação, contudo, não é privilégio daqueles que cruzam a fronteira do México e se repete mesmo dentro da América Latina. Penam, por exemplo, nicaragüenses na Costa Rica e, como ganhou destaque da mídia local recentemente, bolivianos no Brasil. Recrutados geralmente na região de El Alto, em La Paz, eles vêm, na grande maioria, para a cidade de São Paulo e já são uma imprescindível força de trabalho da próspera indústria têxtil da metrópole.

**Estimativas incertas apontam até 200 mil bolivianos em São Paulo submetidos ao cativo e ao trabalho escravo**

“Existe todo um campo minado sob São Paulo, que é o da exploração. Quem admira vitrines no Brás, Bom Retiro ou Pari não se dá conta do suor, sangue, sacrifício, dor e saudade que foram necessários para produzir aquelas roupas. O mundo de glamour da *Fashion Week*, que movimenta milhões de dólares, tem por trás muito freqüentemente a exploração da mão-de-obra boliviana”, testemunha o Padre Roque Patussi, do Serviço Pastoral do Migrante, na capital paulista.

### ESCRavidÃO FASHION

Eles concentram-se nos bairros centrais e invariavelmente encaram jornadas de trabalho que se iniciam às 7 horas e vão até 22 horas, de segunda a sexta-feira. Aos sábados, o batente se encerra ao meio-dia. Por tamanho esforço, quem “trabalha bem” consegue faturar R\$ 800 no mês. Moradia e oficina de costura estão no mesmo local, barateando custos e evitando dispersão. Ao longo do dia, três curtos intervalos para café e almoço.

Chocante para quem tem emprego com direitos trabalhistas assegurados, esse não é o pior dos mundos para os bolivianos que, em muitos casos, vivem em condição de escravos. Traficantes de mão-de-obra os trazem pela fronteira de Corumbá atendendo a encomendas dos donos de oficinas em São Paulo – na maioria também bolivianos, que vendem as peças prontas aos coreanos proprietários das lojas. “Nesses casos, primeiro eles tomam os documentos da pessoa.

Depois, seis meses de salário por tê-la trazido. E é obrigada a outro período igual de trabalho sem remuneração para descontar o aluguel da máquina, a moradia, a comida, a luz, a água e o telefone”, conta Padre Roque.

Cerca de 10% dos bolivianos em São Paulo vivem submetidos ao cativo e à escravidão, segundo a assessora jurídica da Pastoral, Ruth Camacho, que estima o contingente paulistano total em não mais que 50 mil – estatísticas incertas apontam até 200 mil. Nesses casos, o horror vai muito além da superexploração do trabalho. “Os locais de trabalho e moradia são minúsculos e insalubres. Cada um ocupa pouco mais de um metro, separado por compensados. Têm um colchonete, sobre o qual dormem quando termina o expediente. Respira-se pó 24 horas, o que gera problemas de saúde, como a tuberculose, já comum entre os bolivianos”, descreve Padre Roque.

Entre as cenas mais ultrajantes está a relatada a ele por um membro do Ministério Público. “A pessoa entrou na casa na qual haveria trabalho escravo segundo denúncias, mas parecia tudo na mais perfeita ordem. Averiguou e não achou nada. Quando já ia sair, sentiu um cheiro ruim vindo do piso e notou um alçapão. Ao abrir, deparou-se com mais de 40 pessoas trabalhando, fervendo lá embaixo. Não havia banheiro, a comida, assim como as peças a serem costuradas, desciam por uma corda. Estavam literalmente trancafiados”.

## DISCRIMINAÇÃO

Quando a Polícia Federal descobre essas situações, os responsáveis são autuados e os

## O mundo de glamour da *Fashion Week*, que movimenta milhões de dólares, tem por trás a exploração da mão-de-obra migrante

bolivianos, deportados. Por isso mesmo, obviamente, as denúncias são raras e o medo constante. A solução, para os imigrantes, está na legalização, o que no Brasil só é possível por meio de casamento ou filho nascido no país – a opção mais freqüente já que raramente há uniões com brasileiros. Isso gera um outro drama, testemunha Padre Roque. “Após conseguir os documentos, os pais olham um para o outro e se perguntam: ‘O que vamos fazer

com essa criança?’. Acaba a mulher ficando abandonada com o filho, que só interessava ao pai para se legalizar”.

Por conta disso e também da difícil integração com os brasileiros que, apesar da própria mestiçagem, comumente ridicularizam os traços indígenas dos bolivianos, os jovens estrangeiros vivem a um passo da marginalidade. “Não são aceitos, não têm perspectiva. Acabam se revoltando e formando gangues, que são agressivas à própria comunidade”.

Meio menos complicado de permanecer legalmente no Brasil são as anistias, eventualmente concedidas pelo Governo. Júnior (nome fictício), há seis anos no país, beneficiou-se dessa opção, depois de ter cruzado a fronteira com visto de turista. Protético dentário em sua terra natal, ele

Divulgação



## Os migrantes se sentem coagidos a buscar a sobrevivência nas “ilhas de prosperidade rodeadas de oceanos de economias devastadas”

Divulgação



decidiu partir quando ouviu dizer que poderia ganhar mais nas oficinas de costura. “Consegui o dinheiro da passagem e vim com a mochila e a esperança nas costas”, contou, enquanto aproveitava as poucas horas de lazer na Praça Kantuta, ponto de encontro dominical dos bolivianos. Embora já tenha o seu Registro Nacional de Estrangeiro, não pretende ficar em solo tupiniquim; voltar à Bolívia, em situação política e econômica cada dia mais crítica, tampouco é uma opção. “Aqui há imigrantes demais e os preços estão caindo. Pretendo ir a Londres, para onde já foram outros colegas”, declara

preparado a encarar mais uma saga pela sobrevivência.

Em “Sem notícias de Deus”, produção de 2001 dirigida por Agustín Díaz Yanes, céu e inferno disputam as almas dos pobres humanos cuja morte é iminente. Aos domínios do diabo, destinam-se evidentemente aqueles que em vida cometeram graves pecados. Assim, inevitável que vá bater às suas portas o vice-presidente do Fundo Monetário Internacional. Para pagar por seus erros, ele é condenado a passar a eternidade como um imigrante ilegal. “Sem documentos, sem emprego...”, adverte-lhe o proposto de Satanás.

Mesmo sem o currículo do poderoso tecnocrata (exemplarmente punido na comédia espanhola) a lhes pesar nas costas, milhões de trabalhadores ao redor do mundo enfrentam na vida real essas condições. Experimentam o suplício da discriminação, ausência de direitos básicos, superexploração de sua mão-de-obra e temor de serem presos, deportados e mandados de volta a uma realidade ainda mais miserável.

Rita Casaro é jornalista, assessora de imprensa do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo e integrante da coordenação estadual do Instituto Maurício Grabois – SP

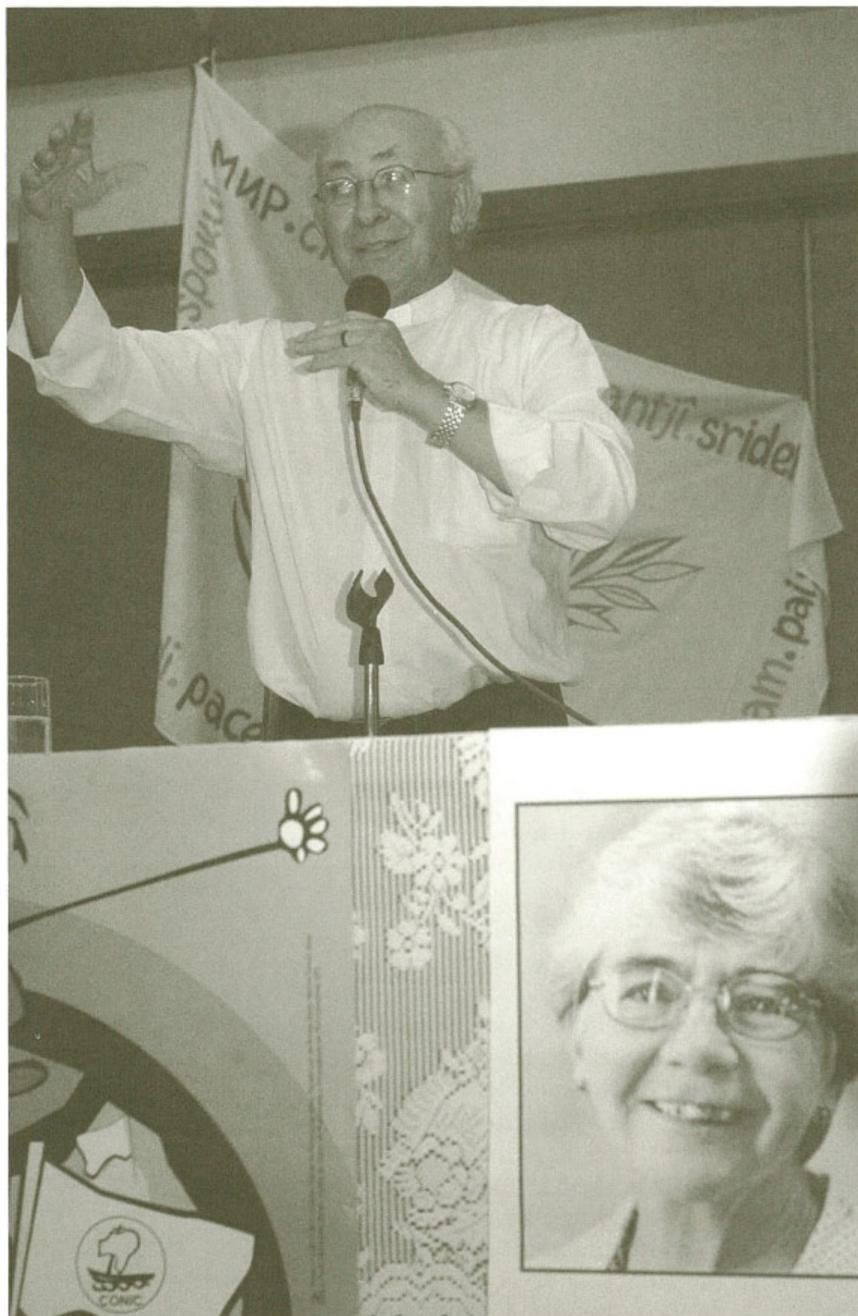
# As causas da violência do latifúndio no Pará

Com o assassinato da missionária Dorothy Stang voltou à tona o debate sobre a violência e a impunidade no Pará, dessa vez com intensa repercussão internacional

MOACIR MARTINS

A concentração de terras no Brasil é uma das maiores do mundo. Menos de 50 mil proprietários agrícolas possuem áreas superiores a mil hectares e controlam mais de 50% das terras cadastradas. Cerca de 1% dos proprietários detém em torno de 46% de todas as terras. Dos aproximadamente 400 milhões de hectares titulados como propriedades fundiárias, apenas 60 milhões são usados como lavouras. O restante está ocioso, subutilizado ou destina-se à pecuária. Segundo o Inbra, há cerca de 100 milhões de hectares de terras ociosas no Brasil e cerca de 4,6 milhões de famílias sem terra no país.

Nesse triste cenário, quando se discute outro modelo de desenvolvimento para o Brasil, o



Dom Tomás Balduino, presidente da CPT, denuncia o assassinato da irmã Dorothy



Jose Cruz/Abn

## O Estado do Pará ocupa o primeiro lugar no ranking nacional de violência no

inimigo da paz afronta o povo e as autoridades. Nos últimos anos, o Estado do Pará ocupa o primeiro lugar no ranking nacional de violência no campo e impunidade dos mandantes e jagunços. Entre 1985/2001, dos 1.237 assassinatos de trabalhadores rurais e defensores dos direitos humanos no país, 40% ocorreram no Pará. Só no ano passado foram 11 mortes; e no primeiro trimestre desse ano já foram registradas outras cinco. Já no que se refere ao trabalho escravo, das 166 fazendas denunciadas nacionalmente, 87 estão no Pará.

O Pará ficou conhecido mundialmente como campeão da violência e da impunidade em 1986, quando o Brasil foi processado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Na ocasião, a OEA entendeu que se fossem punidos os assassinos do líder sindical João Canuto, de Rio Maria, outros crimes teriam sido evitados. A omissão do governo estadual nos últimos 10 anos contribuiu para o aumento da violência. São inúmeras denúncias de lideranças marcadas para morrer pelo latifúndio, que até publica listas com preços dos assassinatos – que variam de R\$ 5 mil a R\$ 100 mil.

No massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, o governo do Pará foi co-autor da chacina, na qual 19 trabalhadores foram assassinados e 69 ficaram feridos numa bárbara ação da PM. O crime teve repercussão internacional, mas a impunidade se manteve. Agora, a luta pela liberdade e pela justiça no campo perdeu uma de suas principais

defensoras. Apesar das denúncias constantes das ameaças de morte, as autoridades do Estado não fizeram nada e o crime não foi evitado. Em 12 de fevereiro de 2004, a religiosa Dorothy Stang, 73 anos, foi covardemente executada com seis tiros.

É inadmissível que no momento em que se discute um novo modelo de desenvolvimento para o país, os latifundiários, os madeireiros e os grileiros afrontem as autoridades para garantir a manutenção de seus interesses através da destruição de nossos rios e florestas. A sociedade exige que o assassinato de Irmã Dorothy não fique impune como tantos outros. Só com a reforma agrária e

a punição dos assassinos e de seus mandantes é que se poderá dar um basta à violência no campo no Brasil.

O governo Lula deve tomar medidas concretas, implementando de fato a reforma agrária, combatendo a violência e revogando a medida provisória que impede que as terras ocupadas não possam ser vistoriadas. É preciso também exigir que o Congresso Nacional agilize o processo de aprovação do projeto de lei que confisca as

fazendas onde há trabalho escravo para fins de reforma agrária, suspendendo imediatamente a medida provisória que impede a vistoria das áreas ocupadas.

**“Nos últimos anos, 218 trabalhadores foram mortos e só cinco mandantes e um pistoleiro foram condenados”**

Martin Garcia/MMA



Missa em Carmelino (PA) em homenagem à missionária assassinada

# “O Estado é culpado pelos assassinatos”

A revista Debate Sindical entrevistou a advogada Roselene do Socorro Conceição da Silva (Rose), representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Pará, para entender o aumento da violência no Estado e o andamento dos processos jurídicos sobre o delicado assunto.

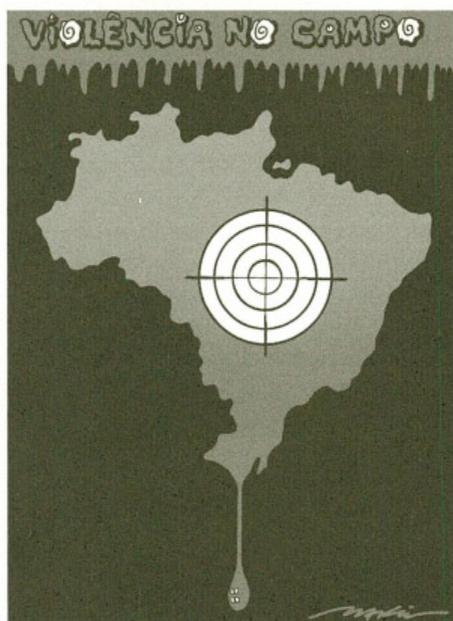
*Debate Sindical: Na sua opinião, quais são as principais causas da violência no campo no Pará?*

Rose: As causas são diversas. Podemos destacar a concentração de terras, a grilagem, a exploração madeireira, a burocracia dos órgãos competentes para assentar os trabalhadores e a certeza da impunidade como sendo os pavios que incendeiam a violência no Pará.

*Faça um rápido balanço da violência no campo e dos processos e condenações nos últimos 10 anos?*

Nos últimos dez anos, perdemos 218 trabalhadores, entre eles muitas lideranças rurais. Embora o número de vítimas seja alto, só tivemos a condenação de cinco mandantes e um pistoleiro. Dos mandantes, dois estão presos, um cumpre prisão domiciliar e dois aguardam em liberdade o julgamento dos recursos.

Esses dados indicam o quanto é difícil se levar a júri os crimes cometidos contra os trabalhadores e suas lideranças



no campo. A ação penal demora tanto que em alguns casos as testemunhas morrem ou mesmo mudam de endereço. Na medida que os anos passam, algumas inclusive esquecem detalhes importantes. São grandes os prejuízos que se tem com a morosidade da justiça. Isso sem falar que para os familiares e amigos das vítimas, além da dor que sentem, existe a decepção de não verem a justiça acontecer. Isto, sem dúvida, contribui para o descrédito do Estado, principalmente do Judiciário.

*Dos processos que tramitam na Justiça poucos já foram julgados. A quem você atribui essa falha?*

Há inquéritos mal feitos, diligências necessárias e não cumpridas, morosidade do Judiciário e, no geral, total

descaso do Estado. A interpretação é que há falta de interesse em investigar e punir, principalmente os fazendeiros acusados de mandar matar os trabalhadores. Geralmente, estes fazendeiros são pessoas bem relacionadas com os representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

*Em pleno século XXI ainda existem listas de lideranças marcadas para morrer no Pará e muitas ameaças são concretizadas. Como você vê o papel do Estado?*

É competência do Estado garantir a segurança dos cidadãos. No entanto, o atual sistema de segurança não é eficaz. Quando sofrem ameaças, as lideranças geralmente procuram a delegacia e, na maioria das vezes, a polícia se nega a tomar conhecimento das ameaças. Quando faz o Boletim de Ocorrência, nenhum outro procedimento é tomado. Na medida em que não se apura o fato é evidente que o ameaçador se sente livre para reiterar a ameaça ou para concretizá-la. O Estado deveria cumprir o seu papel de apurar os fatos e de agir para garantir a integridade física, psicológica e a própria vida das pessoas.

*Quais medidas devem ser tomadas para combater a violência no campo no Pará?*

A violência no campo pode ser combatida se algumas ações

forem concretizadas, como a do ordenamento fundiário – o governo do Estado do Pará e o governo federal desconhecem as terras que possuem. Já os juizes deveriam consultar os órgãos competentes (Incra, Iterpa, GRPU) para saber se a área alegada na reintegração de posse é de direito de quem reclama. Além destas medidas, o governo pode combater a grilagem, os crimes ambientais que cada vez mais se entrelaçam com os crimes agrários, e desenvolver tantas outras medidas para levar paz ao campo. Nada do que se espera do Estado do Pará e do governo federal é impossível. A violência no campo impera porque os poderes constituídos assim o permitem.

*Como você vê a segurança dos ameaçados de morte no Pará?*

As autoridades do Pará nunca se preocuparam em agir preventivamente, em garantir o necessário para evitar que a morte ocorresse. Tal é o descaso que a maioria dos trabalhadores assassinados informou às

autoridades sobre as ameaças que sofriam. No entanto, foram mortos. Atualmente, funciona no Pará um programa de proteção às vítimas e testemunhas (Provita). Mas ele não é aceito pelas lideranças devido às suas normas (saída da área, mudança de identidade, etc). Elas não concordam em deixar o lugar onde atuam, enquanto os fazendeiros, pistoleiros, madeireiros e grileiros ficam livres, impunes para continuar ameaçando outras lideranças. O governo federal lançou aqui no Pará, no início de fevereiro, o Plano Nacional de Proteção aos defensores de direitos humanos, mas até hoje esse plano não foi implementado.

*Como você analisa a relação entre reforma agrária e violência no campo?*

No Brasil, a política sempre favoreceu a concentração de terras nas mãos de poucos. Historicamente, os governantes nunca mostraram interesse em fazer a reforma agrária, embora

ela fosse propagandeada para fins eleitorais. Os trabalhadores, sempre expulsos de suas terras pelo latifúndio, passaram a desenvolver novas formas de organização e resistência. Na medida em que se conscientizam de seus direitos, criam estratégias para ocupar, permanecer na posse da terra e projetam seu novo modelo de desenvolvimento. É lógico que a resistência dos trabalhadores, sua capacidade de mobilização, reivindicação e denúncia, bem como as conquistas obtidas, ameaçam os interesses dos fazendeiros, madeireiros e grileiros. Estes sempre agem fazendo das suas forças a própria lei e não se intimidam pelo Estado de Direito.

*O que explica o fato da irmã Dorothy ter denunciado várias vezes a ameaças sofridas e o governo não ter tomado nenhuma providência?*

O tratamento dado à irmã Dorothy quando ela denunciava as ameaças é o mesmo dado a todos os outros trabalhadores e lideranças que também são ameaçados. Ou seja, não há nenhum interesse em investigar as ameaças. Por isso, não se pode isentar o Estado de sua culpa pelos assassinatos que ocorrem no campo, assim como pela violência que existe e que tantas vítimas tem feito. Qualquer ação do Estado agora não irá amenizar sua responsabilidade de não ter feito o que lhe cabia fazer. As vidas ceifadas não serão reparadas. O que a gente espera é que outras vidas, embora já ameaçadas, possam ser poupadas.



Massacre em Eldorado dos Carajás, Pará, em 1996

J. Ripper

Moacir Martins é secretário de política sindical da CUT-PA, dirigente da executiva da Confederação Nacional da Construção Civil (Conficom-CUT) e coordenador da Corrente Sindical Classista no Pará

# Reforma sindical para mobilizar

O sindicalismo dos trabalhadores brasileiros anda desequilibrado entre o institucional e o movimento. Sobre isto tenho falado e escrito de maneira insistente e repetitiva, com o risco de tornar-me enfadonho.

O movimento dos trabalhadores tem se diminuído em relação às instituições sindicais (dos trabalhadores e da sociedade, portanto, também do patronato), que passam a desempenhar um papel desequilibradamente preponderante.

## CHICANA SINDICAL

Mesmo as grandes vitórias do ano passado, com aumentos reais nas datas-base e com recomposição de renda dos trabalhadores, aconteceram sem grandes e maciças mobilizações: a vigência das instituições democráticas, o respeito institucional do governo federal, o próprio peso do sindicalismo e os costumes negociais desempenharam na quase totalidade das situações o maior papel, quase o papel exclusivo.

A vida interna das entidades e a prática corrente no sindicalismo também andam sofrendo com este desequilíbrio. Em alguns casos os dirigentes sindicais não passam de burocratas, as

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



## É preciso eliminar da atual PEC-369 alguns desvios e impropriedades

assembléias, encontros e congressos são vazios de gente e de conteúdo e o que existe mesmo é a chicana sindical.

O desequilíbrio é decorrente da pressão continuada durante quase duas décadas do “mercado” sobre os trabalhadores, as relações do trabalho e o movimento sindical, com a resistência institucional a esta pressão.

## REFORMA PROGRESSISTA

O Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp deu o brado de alerta denunciando a “reforma branca” que cortou salários e emprego formal e realizou, ao longo dos anos, o ajuste neoliberal de precarização das relações de trabalho. O que o “mercado” quer agora é traduzir institucionalmente aquilo que na

prática foi obtido, em sua vantagem e contra os direitos dos trabalhadores: quer a precarização institucional com uma reforma trabalhista.

É nesta conjuntura, com estas preocupações e para reforçar o movimento que defendo a reforma sindical progressista. As quatro grandes avenidas para a reforma sindical, que são a constitucionalização das centrais, a legalização da presença dos sindicatos nos locais de trabalho, a legitimação dos recursos sindicais e o avanço da representatividade e das práticas democráticas, convergem para a mobilização e o fortalecimento do sindicalismo.

## CHOQUE DE MOBILIZAÇÃO

A reforma deve ser entendida como um “choque” de mobilização e deve, portanto, ser associada às lutas permanentes dos trabalhadores e às bandeiras de lutas do sindicalismo. Deve ser conduzida de maneira democrática, generosa (entre nós!) e esclarecedora e ser construída a base de vitórias concretas em sua implementação antes mesmo de sua aprovação formal.

Basta que se eliminem da atual PEC-369 alguns desvios e impropriedades e se corrijam na futura proposta de projeto de lei alguns erros clamorosos (como, por exemplo, o regressivo tratamento do direito de greve) para que a própria discussão entre os trabalhadores, no movimento sindical, nos partidos políticos, na imprensa e no parlamento, ofereça grandes oportunidades de mobilização e de unidade de luta.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

# A ofensiva contra a redução da

O capital espera cada vez mais que o trabalhador esteja à disposição das necessidades da empresa e do mercado... 24 horas por dia

GIUSEPPINA DE GRAZIA

Nos últimos dias, os jornais têm noticiado a ofensiva do governo de direita francês para acabar de vez com a semana de 35 horas implantada naquele país a partir de 1998, durante o governo socialista de Lionel Jospin. Sem levar em consideração os protestos de expressivas parcelas da população e do movimento sindical<sup>[1]</sup>, o parlamento aprovou uma série de medidas que podem representar o “golpe final” contra a redução da jornada de trabalho. Entre elas:

- O limite anual de horas extras permitido aumentou para 220 horas (já na fase inicial de implantação da redução da jornada, esse limite passara de 117 para 130 horas e, desde 2002, havia sido majorado novamente para 180). Além disso, trabalhadores e patrões, através de acordos coletivos – de categorias ou de empresas – podem decidir “livremente” a duração da jornada, podendo inclusive ultrapassar o limite de



Manifestação em Paris contra o projeto do governo de elevação da jornada de trabalho

220 horas extras anuais. Única restrição: não ultrapassar 48 horas semanais.

- As empresas com menos de 20 trabalhadores podem continuar pagando apenas 10% de acréscimo nas primeiras quatro horas extras (da 35<sup>a</sup> à 39<sup>a</sup>) até 2008 (o prazo inicial que era de dezembro de 2002 já havia sido estendido até 2005). Isso significa que os trabalhadores dessas empresas vão continuar trabalhando efetivamente 39 horas (que era a jornada legal anterior a 1998) e recebendo um salário com apenas 1% de acréscimo no final do mês.
- As empresas também podem recomprar os dias de folga resultantes da redução da jornada de trabalho.

## FALSOS ARGUMENTOS

Os argumentos utilizados pelos representantes do capital e

seus porta-vozes no governo atual são os mesmos usados em todos os lugares: a redução da jornada teria elevado o custo do trabalho, provocando perda de competitividade para as empresas; não teria contribuído para a criação de empregos, etc. A “exceção francesa” teria ainda levado a uma diminuição do número total de horas trabalhadas no país, prejudicando o desempenho da economia.

Ao apontar a falsidade desses argumentos, o pesquisador Michel Husson<sup>[2]</sup> lembra que os próprios números oficiais mostram que antes da redução, entre 1990 e 1996, o volume total de horas trabalhadas (no setor privado) situava-se em torno de 21,5 milhões horas anuais. Depois da implantação da jornada de 35 horas, esse volume total passou a flutuar entre 22 e 22,5 milhões. A diferença estaria na quantidade de empregos criados com a redução da jornada:

# jornada de trabalho na França

em torno de 500 mil, e que teriam se mantido mesmo com as medfocres taxas de crescimento que voltaram a predominar no país nos últimos anos<sup>[3]</sup>.

Na verdade, os fortes ataques que caracterizaram a reação das organizações patronais, desde o início da implantação da RJ, expressam a previsível resistência do capital frente a qualquer tentativa de avanço das forças do trabalho que represente uma ameaça, mesmo que em grau mínimo, à insaciável tendência à acumulação e expansão dos lucros.

As inúmeras e detalhadas pesquisas realizadas pelo Ministério do Trabalho acompanhando o desempenho das empresas após a aplicação das 35 horas e as entrevistas com empresários que identificaram resultados positivos em suas empresas após a aplicação da RJ mostraram que a reação tinha forte componente ideológico. Mesmo após as inúmeras concessões feitas no decorrer do processo para abrandar os efeitos da RJ, as organizações patronais continuaram bradando contra a “intromissão” do Estado na liberdade de iniciativa.

Não mudaram de posição mesmo após a constatação de que suas catastróficas previsões – segundo as quais a RJ instalaria o caos, levaria o país à ruína, etc. – não se confirmaram. Ao contrário, a própria retomada do crescimento econômico ocorrido no mesmo período da implantação da lei, segundo muitos analistas, não foi uma mera coincidência, tendo sido, em parte, estimulada pela redução da jornada.

Independente dos resultados concretos da lei, o capital não pode admitir interferência, regras ou cerceamentos em seu movimento de valorização permanente. Com os novos modelos produtivos ancorados na flexibilização e desregulamentação total das relações de trabalho, não só a redução da jornada, como os próprios limites que separam o tempo de trabalho e o tempo de vida, vêm sendo abolidos. É o próprio conceito de tempo de trabalho que está em questão. Espera-se cada vez mais que o trabalhador esteja à disposição das necessidades da empresa e do mercado... 24 horas por dia.

## AMBIGÜIDADES DA “ESQUERDA”

A bem da verdade, não dá para omitir o fato de que a ofensiva atual foi alimentada e fortalecida a partir das próprias fragilidades e ambigüidades que caracterizaram todo o processo de implantação das 35 horas. O que, por sua vez, além de expressar os conflitos inerentes à luta de classes em torno dessa questão, refletem também os dilemas em que se debatem os governos teoricamente ainda associados à

socialdemocracia e ao Estado do Bem-Estar, num período em que as necessidades do capital não mais permitem qualquer tipo de “extravagância” distributiva ou protecionista em relação ao trabalho.

Resultado de um amplo movimento social contra o desemprego, a lei das 35 horas representou uma medida de enfrentamento ao neoliberalismo, na medida em que o Estado tomou para si a tarefa de regulação da jornada de trabalho, enfrentando a histeria do patronato e todo o coro neoliberal que não admitem interferência no “livre” jogo das forças do mercado.

Paradoxalmente, porém, seu processo de implantação esteve permanentemente sob o bombardeio de pesadas críticas, inclusive de amplos setores da esquerda, frustrando grandes parcelas de trabalhadores, na medida em que não conseguiu deter a desenfreada corrida do capital em direção à desregulamentação, flexibilização e individualização que continuou invadindo as relações de trabalho no país, além de produzir resultados bem mais modestos que os esperados em relação ao aumento dos postos de trabalho.

Entre as principais críticas expressas pelas organizações representativas dos trabalhadores podem citar-se resumidamente:

- O próprio texto da lei: pouco preciso, deixando grande parte das decisões a cargo das negociações locais, com muitas lacunas e brechas que foram rapidamente utilizadas pelos patrões;

**Estudos revelam que retomada econômica na França não foi mera coincidência; decorreu da própria redução da jornada**



- A opção pelas 35 horas, ao invés de 32, como reivindicava grande parte do movimento sindical;
- A adoção da anualização da jornada como referência, ao invés do controle semanal das horas trabalhadas, abrindo a possibilidade de ampla flexibilização da jornada semanal;
- As concessões contínuas ao patronato, em especial, o fim da exigência de contratações proporcionais à redução da jornada [4]; o aumento indefinido do limite para as horas extras; o baixo percentual de remuneração dessas horas, entre outras.

### POTENCIAL DA REDUÇÃO

Apesar de contar sempre com uma aprovação geral majoritária entre a população, entre os trabalhadores que tiveram a jornada reduzida, a avaliação não é uniforme, pois os resultados e as formas de aplicação foram muito diversificados. Entre os trabalhadores menos qualificados, são maiores as queixas quanto à flexibilização e intensificação do trabalho. Na medida em que o número de contratações não foi equivalente ao número de horas

reduzidas, evidentemente os mesmos trabalhadores tiveram que dar conta da mesma produção que antes era feita em 39 horas.

A ocorrência de todos esses problemas, no entanto, não permite concluir pela ausência de potencial da redução da jornada de trabalho enquanto instrumento para aumento dos postos de trabalho, para uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores e ainda como ponto de partida para a luta anticapitalista. Quanto à flexibilização e intensificação do trabalho, basta lembrar que elas ocorrem com ou sem redução de jornada.

O que as experiências apontam, tanto na França como em outros países, é que a maior ou menor eficácia desse instrumento depende de sua amplitude, das condições em que ele é aplicado e, principalmente, da organização dos trabalhadores para fazer frente à resistência do capital. Conseguir articular e mobilizar os diversos segmentos que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver, é o principal desafio tanto para evitar o naufrágio total da redução

do tempo de trabalho na França como para a conquista de sua generalização em outros países.

### NOTAS

1- Em fevereiro último, 18 marchas de protestos reuniram de 300 a 600 mil pessoas em todo o país (FSP, 08/02/05), conseguindo inclusive um fato incomum: unificar as principais centrais sindicais que convocaram em conjunto as manifestações;

2- "La bataille des 35 heures". La Brèche, n° 9, février, 2005. "Violence libérale contre les 35 heures". Politis, n° 838, 10/02/05.

3- Entre 1997 e 2001, mesmo período de aplicação das Leis Robien (primeira lei de redução da jornada, votada em 1996, antes do governo Jospin), Aubry I (de 1998) e Aubry II (a lei definitiva, promulgado em janeiro de 2000, e que estabeleceu a jornada oficial de 35 horas semanais na França), ocorre uma retomada do crescimento a um ritmo de 3,5% ao ano, com a criação de quase 2 milhões de empregos, um recorde histórico segundo todas as análises. Por isso a grande polêmica que se estabeleceu no país girava em torno de saber em que medida a redução da jornada teria ou não contribuído na criação de pelo menos parte desses empregos e em que quantidade. Num estudo comparativo com um período anterior (1986 a 1990), quando se verificaram praticamente as mesmas taxas de crescimento econômico, Michel Husson constatou que nos quatro anos mais recentes (1997 a 2001) foi possível criar o dobro de empregos. A única diferença entre os dois períodos foi justamente a redução da jornada de trabalho, aplicada apenas no último (Husson, M. "RTT et emploi: une nouvelle évaluation". Disponível em <http://hussonet.free.fr/crepi.pdf>).

4- Na lei de 1998, por exemplo, para ter direito aos incentivos fiscais (descontos o pagamento dos encargos devidos pelo empregador), para uma redução de 10% na jornada, a empresa deveria obrigatoriamente efetivar um mínimo de contratações equivalente a 6% do número de trabalhadores existentes na empresa. Na segunda lei, essa exigência desaparece.

Giuseppina R. De Grazia é doutora em sociologia e professora na Faculdade de Serviço Social da Uniso



Clavo/www.miniaturegiant.com/gallery.html

# O parasitismo irrefreável do Tio Sam

UMBERTO MARTINS

**O**s desequilíbrios da economia norte-americana e a fragilidade do padrão dólar vêm provocando crescentes preocupações pelo mundo. O problema não é de natureza conjuntural, embora se manifeste com muito vigor no

**A queda do dólar fomenta uma instabilidade monetária generalizada pelo mundo e é um ingrediente desestabilizador da desordem da economia mundial**

momento. Já em meados de 2001, enquanto as ilusões com a “Nova Economia” naufragavam na recessão e em escandalosas falências, o FMI alertava para o risco da queda substancial do valor relativo do dólar nos mercados cambiais<sup>[1]</sup>. Não estava destituído de razão neste particular. A moeda imperial, outrora todo poderosa, recuou

## O dólar terá de cair bem mais para reduzir o rombo em conta corrente dos EUA,

cerca de 50% frente ao euro desde então. Declinou também diante do iene japonês e a partir de 2003 vem caindo também em relação ao nosso real, o que alivia sensivelmente os impactos negativos da dívida externa sobre os investimentos e o PIB brasileiro.

Não é exagerado definir tal movimento como uma maxidesvalorização. Mas, surpreendendo alguns observadores, a queda não foi forte o suficiente para moderar o apetite da sociedade estadunidense por importações. Em fevereiro deste ano, o déficit comercial dos EUA atingiu US\$ 61 bilhões, projetando um saldo negativo anual de US\$ 717 bilhões. Isto significa que o dólar terá de cair bem mais ao longo dos próximos anos para reduzir o rombo em conta corrente, superior a 6% do PIB, e a crescente necessidade de financiamento externo da maior economia do mundo.

É por esta razão que os economistas do FMI continuam apontando o perigo de um colapso do dólar e apelam para uma espécie de “ajuste externo” nos EUA, que pressupõe uma forte redução do consumo (produtivo e improdutivo), de forma a reverter os chamados “déficits gêmeos” (comercial e público), um “ajuste” que deveria ser complementado pela adoção do câmbio flutuante pela China e maior estímulo ao consumo interno no Japão e União Européia. São muitas as contradições que inviabilizam a implementação de tudo isto.

A queda do dólar fomenta uma instabilidade monetária mais

ou menos generalizada pelo mundo e, conseqüentemente, é um ingrediente desestabilizador da ordem (ou desordem) econômica mundial, cujas bases (já razoavelmente corrompidas) foram lançadas no ano de 1944 em Bretton Woods (EUA). Fatos como a transferência de reservas em dólar para o euro por muitos bancos centrais revelam que a *verdinha* já não desperta confiança e perde credibilidade nos mercados num ritmo maior do que seria imaginável alguns anos atrás. O tema foi abordado no chamado Fórum Econômico Mundial, que anualmente reúne os magnatas das finanças internacionais na cidade suíça de Davos, e tem sido pauta recorrente do G-7.

### FENÔMENO OBJETIVO

As reuniões do G-7 não têm obtido muito efeito prático, servindo mais como alarmes de consciência. Vai ficando claro que os governos pouco podem fazer em defesa do padrão dólar. Interesses divergentes nas maiores economias do mundo (EUA, União Européia, China e Japão) não estão em sintonia com a suposta necessidade de uma ação

**Consumo excessivo nos EUA, superior aos valores por lá produzidos, funciona como bomba relógio no mercado cambial**

coordenada e unificada em torno de tal objetivo. Mas ainda que isto fosse possível, provavelmente não seria suficiente nem sensato.

A dança das moedas não é indiferente às políticas econômicas. Se a taxa básica dos juros nos EUA não tivesse aumentado oito vezes desde meados do ano passado, para os 3% atuais, certamente a queda do dólar teria sido maior. Tal recurso, todavia, não resolve o problema e tende a agravá-lo em médio e longo prazo, além de desencadear efeitos colaterais indesejáveis para boa parte do mundo.

Em 1979, o Federal Reserve (FED – banco central dos EUA) elevou os juros básicos a 20% ao ano. Tio Sam atraiu investimentos externos em larga escala e reverteu a desvalorização do dólar, no curto prazo, mas a medida também contribuiu de modo relevante para a crise da dívida externa na América Latina. E é fato, reiterado nos últimos anos, que tal medida não anulou a tendência histórica à depreciação da moeda hegemônica e aprofundou o rombo comercial, que poucos anos mais tarde (em 1982) se desdobraria num crescente déficit em conta corrente e transformaria os EUA de país credor em devedor líquido (a partir de 1986).

Há quem acredite piamente que o presidente Bush tem o poder de arbitrar a seu bel-prazer o valor relativo do dólar frente às demais moedas e que as flutuações em curso não passam de uma maquiavélica manobra da Casa Branca contra a União Européia, Japão e China.

## superior a 6% do PIB, e a crescente necessidade de financiamento externo

Bobagem! O recuo da *verdinha* é um fenômeno objetivo, independente dos interesses e da vontade dos governantes. Ele reflete a decadência histórica do império e tem suas mais profundas raízes situadas no atual processo de produção e acumulação do capital imperialista, mediado pelo comércio exterior e marcado por escandalosos desequilíbrios nas relações econômicas mundiais. É preciso ir além do senso comum e do idealismo filosófico para enxergá-lo.

### ATUALIDADE DE LÊNIN

Durante a reunião de Davos, o norte-americano Stephen Roach, economista-chefe do Morgan Stanley, associou a queda do dólar ao consumismo desvairado da sociedade estadunidense. O consumo excessivo (produtivo e improdutivo), bem superior aos valores por lá produzidos, está funcionando como uma bomba relógio nos mercados cambiais, em sua opinião. Roach está com a razão. Seu diagnóstico, que não é consensual entre seus pares e destoa do pensamento dominante, vai ao encontro de algumas idéias fundamentais desenvolvidas por Lênin em seu estudo sobre o imperialismo.

Respalhando as opiniões do economista inglês J.A. Hobson, o líder da revolução soviética notou que a acumulação imperialista do capital promove uma tendência irresistível ao parasitismo econômico no interior das



**Economia dos EUA parece um automóvel sem combustível; não funciona sem a injeção maciça de capital estrangeiro**

potências capitalistas e sentenciou que, com o tempo, tal vício provoca a decomposição do império hegemônico, como de fato ocorreu com a Inglaterra. Trata-se de um fenômeno ignorado ou negligenciado pela maioria dos políticos e economistas e mesmo entre os críticos do capitalismo no mais das vezes a palavra (parasitismo) é citada como deferência doutrinária, dogmática, que não contempla as formas concretas de sua manifestação e a relação com o processo real de acumulação imperialista.

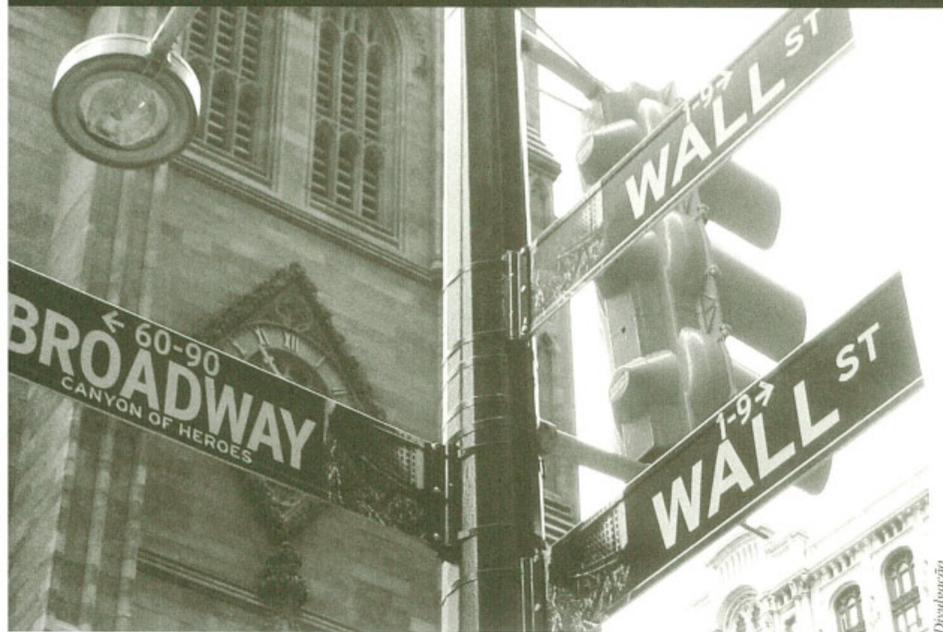
Tendo escrito sobre o tema durante a I Guerra Mundial e à véspera da revolução que idealizou e liderou, Lênin não teve tempo de desenvolver o conceito, que em certos aspectos permanece obscuro. Porém, suas indicações a

respeito são preciosas. Ele destacou que o parasitismo acompanha a formação de monopólios e é estimulado pela exportação de capitais e a apropriação decorrente de mais-valia (lucros) gerada no exterior, o que propicia um diferencial no *status quo* social das potências capitalistas; viabiliza a formação de uma

aristocracia operária; alavanca atividades improdutivas e desestimula a poupança interna. Hobson salientou que os países imperialistas utilizam os lucros provenientes da exploração da classe trabalhadora das nações mais pobres para enriquecer suas classes dirigentes e subornar as camadas inferiores.

Parasita, conforme definição do "Aurélio", é o indivíduo "habitado a viver à custa alheia". O consumo excessivo, sem correspondência com a produção, denunciado por Stephen Roach e sinalizado pelo déficit comercial, é sem sombra de dúvidas a medida mais precisa do parasitismo contemporâneo. A gula por mercadorias importadas está levando claramente à decomposição do padrão dólar. A outra face da mesma moeda é a gritante carência de poupança interna, refletida no déficit em conta corrente e na crescente necessidade de financiamento externo. Alguém já disse, com invulgar sabedoria, que a economia dos EUA parece um automóvel rodando sem combustível. Não funciona sem a injeção maciça de capitais estrangeiros.

O economista Paul Vocker,



que presidiu o Federal Reserve entre 1979/87, também escreveu recentemente um relevante artigo sobre o tema, sugestivamente intitulado “Uma economia sobre o gelo fino”, onde argumenta que “como nação estamos consumindo 6% a mais do que produzimos”, o que redundará na necessidade de atrair diariamente algo em torno de 2 bilhões de dólares no exterior para cobrir o rombo em conta corrente. “Não conheço nenhum país que tenha conseguido consumir e investir 6% mais do que produz por muito tempo. Os EUA absorvem cerca de 80% do fluxo líquido de capital internacional”, argumenta Vocker. É uma fonte de turbulências e crises cambiais recorrentes em todo o mundo.

## DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Artifícios de políticas econômicas, como a elevação das taxas de juros dos EUA, podem apenas prolongar a agonia do padrão dólar, além de provocar outros transtornos. Não haverá remédio eficaz e de efeito duradouro para o problema

enquanto não se atacar sua causa, o parasitismo irrefreável do Tio Sam, que teria de se conformar em viver de acordo com os próprios meios que produz. Concretamente, conforme apontaram diversos economistas, isto significaria uma substancial diminuição do nível de consumo, de forma a compatibilizá-lo com a produção; um maior equilíbrio entre investimentos e poupança interna, de forma a lograr a reversão dos chamados déficits gêmeos (comercial e público). A queda do dólar é parte do remédio.

O ajuste externo da economia estadunidense pode cobrar um custo social por demais elevado, incluindo a recessão. Constitui um risco político que as elites dominantes da potência hegemônica preferem não correr e, de quebra, não interessa às demais potências. Todavia, mais cedo ou mais tarde, alguma forma de correção dos desequilíbrios que estão na base da instabilidade monetária mundial será inevitável, ainda que seja imposta pelas mãos invisíveis – e por natureza anárquicas – que governam os mercados.

O declínio do dólar também tem a ver com o desenvolvimento desigual das nações sob o imperialismo, já que ao enfraquecimento do papel-dinheiro que ainda lidera os negócios internacionais corresponde logicamente o fortalecimento de outras moedas, inclusive (até agora para o bem do Brasil) do nosso real, mas em especial das moedas que circulam no interior das potências que estão em processo de ascensão econômica. No frígido dos ovos, verifica-se que a força e o valor relativo das moedas apenas traduzem a força e o valor agregado na produção das economias nacionais que lhes dão lastro.

É visível, hoje, que entre as outras moedas mais fortes (euro, iene e yuan, e não necessariamente nesta ordem) não há, por enquanto e provavelmente não haverá tão cedo, uma rival à altura do dólar. A trajetória dos mercados cambiais nos últimos anos sugere que vivemos um período de decomposição do padrão monetário hegemônico, mas este é um problema cuja solução não está desenhada a curto prazo e a rigor transcende o plano restrito da economia, projetando-se na geopolítica. Podemos apostar que nos próximos anos a instabilidade monetária continuará determinando os movimentos dos câmbios e perturbando o processo produtivo em escala mundial. Não há uma solução à vista.

## NOTA

1 - Veja a respeito o artigo “A crise latente do dólar e dos EUA”. *Debate Sindical* número 39.

Umberto Martins é jornalista e integra o conselho de redação da revista *Debate Sindical*



Divulgação

# Formação sindical: uma questão estratégica

Para atuar num contexto tão complexo como o atual, é necessário que as entidades classistas desenvolvam, firmemente, um trabalho planejado e eficaz de formação

AUGUSTO CÉSAR PETTA

**O** praticismo que envolve amplamente o sindicalismo exige tratamento imediato para a sua

superação. A necessidade premente de dar resposta aos inúmeros problemas do cotidiano desvia os dirigentes sindicais de um aspecto importante da sua militância: a leitura, o estudo, a contribuição para o

desenvolvimento da teoria. Mergulhados em múltiplas tarefas, em geral eles não conseguem encontrar tempo para estudar e refletir sobre a função que desenvolvem e sobre outras ricas experiências históricas.

## Lênin sempre vinculou as lutas política, econômica e ideológica. “Sem teoria

Realizar tarefas é de fundamental importância. Porém, é necessário saber se elas estão sendo realizadas no sentido dos objetivos mais gerais das transformações a que nos propomos. O caminho do futuro deve ser construído no presente, a partir da análise dos erros e acertos cometidos no passado.

João Amazonas, na introdução do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, já havia concluído ao analisar a *débâcle* da experiência socialista na URSS e nos países do Leste Europeu: “As causas dessa derrota se encontram, principalmente, na esfera da teoria, da ideologia”. Houve uma estagnação profunda da teoria, um contra-senso em relação à vitalidade apregoada por Marx e Engels. Lênin sempre enfatizou a importância da dialética entre as lutas política, econômica e ideológica. “Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário” e “a teoria é a luz que ilumina o caminho da prática”, enfatizou.

A partir dessa visão, os sindicatos devem ser verdadeiras escolas de socialismo. Ao desenvolverem a luta por melhores salários e condições de trabalho, pela construção de uma sociedade justa e democrática, os sindicalistas precisam elevar o seu nível de consciência política e o da categoria como um todo. Só dessa forma eles adquirem melhores condições para enfrentar as batalhas e estas adquirem consistência política qualitativamente maior. A escola de socialismo significa, por um lado, a educação que se apreende no combate classista (nas greves e

nas várias outras formas de luta); por outro, ela se dá através do estudo, da elaboração de textos, de cursos, de seminários, de atividades ligadas à comunicação, à imprensa e outras.

A atividade sindical está inserida, portanto, na luta ideológica. Na sociedade de classes, a entidade ou se posiciona em defesa dos interesses dos trabalhadores ou faz o jogo dos exploradores. Marx e Engels já ensinaram que “as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Nos dias atuais esta afirmação ganha ainda mais vigor com o avanço impressionante dos meios de comunicação, os quais veiculam e manipulam informações a serviço das classes dominantes.

Os que praticam um sindicalismo politizado e classista não podem hesitar em transformar suas entidades em instrumentos da luta econômica, política e, também, ideológica. Aqueles que rejeitam o combate político e ideológico acabam, na prática, por omissão, defendendo os interesses das classes dominantes.

**O sindicalismo só se transforma numa “escola de socialismo” se investe de maneira planejada e sistemática na formação sindical**

### EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS

Silvia Maria Manfredi, doutora em Sociologia da Educação, realizou nos anos 80 uma pesquisa histórica sobre educação ou formação sindical no país. Baseada em fontes orais e escritas, ela buscou reconstituir, nas várias etapas do movimento sindical brasileiro, as principais experiências de formação desenvolvidas. Em 1996, a Escrituras Editora publicou o seu trabalho no livro intitulado “Formação sindical no Brasil”.

Na obra, ela formula um conceito de educação sindical: “Aqueles práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como, por exemplo, os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, promovidos por entidades de classes ou outras organizações socioculturais, com o intuito de veicular projetos e propostas político-sindicais e formar quadros organizativos. Caberia ainda incluir entre as atividades aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro, cinema”.

Vale citar algumas das ricas experiências de formação desenvolvidas pelo sindicalismo brasileiro:

**Anarquistas – décadas de 10 e 20**

Centros de Estudos Sociais. Pequenos grupos de libertários que realizavam reuniões com o objetivo de levar suas propostas aos trabalhadores. Tinham salas, bibliotecas e alguns móveis. Estabeleceram intercâmbio entre

## “revolucionária não pode haver movimento revolucionário”

si e com trabalhadores brasileiros e estrangeiros. Os participantes liam, estudavam e discutiam as principais obras dos teóricos anarquistas europeus.

Escolas Modernas e Universidade Popular. Iniciativa autônoma de grupos libertários, baseada na filosofia da educação integral, questionavam todas as formas de opressão. No bairro Bom Retiro, em São Paulo, imigrantes italianos criaram a Escola Libertária Germinal. Posteriormente, no mesmo bairro, fundaram a Escola Moderna nº 2, estruturada na seqüência da Escola Moderna que funcionava no Belenzinho.

Fundada em 1904, no Rio de Janeiro, a Universidade Popular foi iniciativa de grupos anarco-sindicalistas, intelectuais anarquistas e socialistas. Tinha

como objetivo “ministrar o ensino superior positivo, científico e filosófico ao proletariado” em oposição à ideologia das classes dominantes. Os anarquistas articulavam práticas educativas com atividades culturais e de lazer, sempre procurando envolver o maior número de trabalhadores. Festivais de música, teatro e poesia e piqueniques eram promovidos freqüentemente.

### Comunistas – décadas de 50 e 60

Cursos nos sindicatos. O de legislação trabalhista visava atrair os trabalhadores para o conhecimento de seus direitos. Além de atender a este interesse mais imediato, sempre buscavam politizar os presentes. Os monitores relacionavam as leis com as questões políticas mais gerais. Estes cursos ocorreram,

sobretudo, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A mesma entidade também promoveu, entre 1960/64, vários cursos sobre a história do sindicalismo no Brasil e no mundo.

Centros de Cultura Popular. Criado em 1961, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, o CPC tinha o teatro como atividade principal. Promovia cursos de filosofia marxista, oratória, cinema, balé, além de atividades esportivas e culturais. Tendo como base o repertório do Teatro de Arena e do CPC da UNE, realizou várias montagens teatrais: *Operário em construção* e *Eles não usam black-tie*, entre outras.

Thimóteo Camacho, em dissertação de mestrado na PUC/SP citada por Manfredi, relata as

Maurício Moraes



# Atividades de formação do CES

Fundado em 1985, o Centro de Estudos Sociais e Sindicais 1º de Maio (CES) completa 20 anos de vida enfrentando enormes desafios para se manter. Criado para atender a demanda dos sindicalistas classistas por mais formação, ele hoje depende da contribuição dos mesmos para continuar o seu trabalho. Entre outras atividades, o CES promove:

## 1- Curso Nacional de Formação de Lideranças Sindicais

Aborda de temas diretamente relacionados ao sindicalismo (história e concepções), mundo do trabalho, sociedade em geral (evolução e conjuntura), saúde do trabalhador, economia (teoria do valor, projeto de desenvolvimento e realidade brasileira), filosofia (materialismo dialético e concepções de filosofia), oratória e metodologia do ensino. É realizado semestralmente e está dividido em duas etapas. Em julho de 2004, o curso apresentou inovações metodológicas de ensino.

## 2- Revista Debate Sindical

Editada desde 1986, trimestralmente, apresenta de forma ampla e plural artigos



Paulo Eduardo Alves Camargo Cruz

sobre temas candentes do sindicalismo. Adquiriu prestígio no meio sindical e acadêmico. Seu conselho editorial conta com sindicalistas e intelectuais importantes. A Debate Sindical é um instrumento de informação e formação.

## 3. Planejamento Estratégico e Situacional – PES

O CES oferece aos sindicatos assessoria em Planejamento Estratégico Situacional (PES). A metodologia proporciona que os dirigentes façam o diagnóstico de suas entidades e construam os projetos prioritários que deverão orientar e garantir a missão dos sindicatos. Estão sendo disponibilizados companheiros para aplicar o PES, desde que solicitado agendamento prévio

para prestar acompanhamento aos interessados.

## 4. Cursos nas entidades

O CES oferece vários cursos avulsos: evolução das sociedades, origem e papel dos sindicatos, história do sindicalismo brasileiro, concepções sindicais, desafios atuais, mundo do trabalho e organização por local de trabalho. Também ministra o Curso Básico de Sindicalismo com quatro blocos: origem dos sindicatos, história do sindicalismo, concepções sindicais e desafios da atualidade. Todos eles são ministrados nas próprias entidades, geralmente para diretores, delegados sindicais, ativistas sindicais e cipeiros.

## 5. Assessoria para criação do Departamento de Formação Sindical

O CES presta assessoria às entidades na organização do seu departamento de formação sindical. Contribui para definir os objetivos e planejar atividades prioritárias. Hoje, o departamento de formação sindical, articulado aos vários outros departamentos do sindicato, constitui-se numa necessidade premente.

peças teatrais do CPC encenadas por metalúrgicos. Eram apresentadas nos sindicatos, igrejas, associações de bairros. Camacho registra que o partido e seus militantes pregavam o socialismo, as “reformas de base”, mas o seu raio de ação, devido à ilegalidade, eram limitadas. O CPC permitiu atingir amplas

massas e, através dos cursos de formação política, foi possível ampliar e renovar os quadros partidários.

## CUT - décadas de 80 e 90

Entre 1987/93, a CUT ministrou 160 cursos e 198 seminários temáticos, envolvendo 11.589 participantes. No IV

Concut, em 1991, foi realizado levantamento sobre as práticas que as entidades filiadas estavam desenvolvendo na área de formação. Constatou-se que os temas mais abordados foram, pela ordem: sindicalismo, história do sindicalismo e concepção, estrutura e prática sindical cutista e política sindical.

A CUT organizou escolas sindicais nas várias regiões brasileiras, que serviram de centros de referência para operacionalizar vários núcleos temáticos: gestão sindical; educação do trabalhador; transformações no mundo do trabalho; organização sindical cutista e OLT; sistema democrático de relações de trabalho/ negociação coletiva; integração econômica mundial/ Mercosul; Estado, sindicato e sociedade; relações sociais de gênero; desenvolvimento rural; discriminação racial.

Para Alex Sgreccia, coordenador pedagógico da Escola Sindical-São Paulo, “os desafios hoje colocados para a formação sindical exigem das escolas um significativo esforço de acompanhar e de sistematizar experiências, de dialogar com a academia, de analisar as tendências das transformações em curso na sociedade, enfim, todo um conjunto de atividades de pesquisa e de elaboração para o qual são necessários profissionais qualificados e razoáveis investimentos”.

## ESCOLA DE SOCIALISMO?

Partindo da visão de que o sindicalismo é um lugar privilegiado para o desenvolvimento da luta ideológica, podendo se constituir numa escola do socialismo, algumas questões devem se respondidas, com muita sinceridade, pelas lideranças classistas:

1) Será que as nossas entidades desenvolvem um trabalho de formação efetivo, sistemático e planejado, voltado para a elevação do nível de consciência política dos diretores, ativistas e da

## Na nossa história, os anarquistas e os comunistas investiram em cursos, seminários e atividades culturais para novas lideranças

categoria como um todo? 2) Será que não arrumamos pretextos para não ler, estudar e para não investir na formação? 3) Será que as nossas entidades estão destinando recursos suficientes para a formação? 4) Será que não estamos sendo, cada vez mais, formados pela mídia, tornando-nos presas fáceis da influência neoliberal? Devemos estar atentos e não podemos nos enganar. Devemos encarar a realidade para poder transformá-la.

É preciso extrair lições das experiências históricas. Por um lado, as atividades de formação poderiam, a exemplo do que ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, possibilitar maior envolvimento dos trabalhadores nas atividades políticas, contribuindo para o avanço das lutas, para a elevação do nível de consciência política dos trabalhadores e para a formação de novos quadros dirigentes.

O sindicalismo vive atualmente uma grave crise decorrente da nefasta influência do neoliberalismo que causa desemprego e deterioração do trabalho. Nesse contexto, é imprescindível o incremento qualitativo da formação. Além disso, com a nova realidade política do país, torna-se urgente elaborar propostas para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda e valorização do trabalho. Não basta mais ser a favor ou contra a



política do governo federal. Para atuar numa conjuntura tão complexa é necessário que as entidades classistas desenvolvam, firmemente, um trabalho planejado e eficaz de formação sindical.

## BIBLIOGRAFIA

- Escola Sindical São Paulo. *A CUT e os novos desafios da formação sindical e da educação*. SP, 2002.
- Lênin, V. Ilich. *Sobre os sindicatos*. Editora Polis, SP, 1979.
- Losovsky, Dimitri. *Marx e os sindicatos*. Editora Anita Garibaldi, SP, 1989.
- Manfredi, Silvia Maria. *Formação sindical no Brasil*. Escrituras Editora, SP, 2002.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Centauro Editora, SP, 2002.
- Marx e Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Editora Anita Garibaldi, SP, 2001.

Augusto César Petta é coordenador de formação sindical do CES e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) e do Sindicato dos Professores de Campinas

# A falta de recursos e a crise dos hospitais

Governos da União e do Município do Rio estão às turras. O prefeito, candidato de partido da oposição à presidência, alega que o Ministério da Saúde não lhe repassa os recursos financeiros para manter os seis hospitais federais transferidos para o município e deixa-os à mingua. Ao mesmo tempo, constrói um novo hospital que, provavelmente, não terá recursos para funcionar.

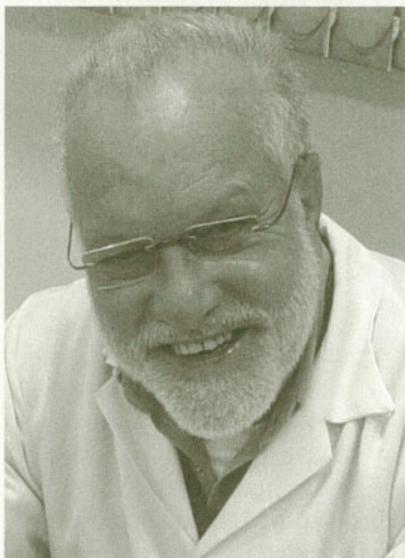
O Ministério da Saúde alega que vem fazendo os repasses e se não mandou tudo é porque o município não vem prestando contas do que recebeu. Segundo os jornais, parte do dinheiro repassado estaria sendo aplicado no banco em que um dos proprietários é o próprio secretário municipal de saúde.

## INTERVENÇÃO FEDERAL

O imbróglio resultou numa atitude sem precedentes: a intervenção federal nos hospitais que o prefeito, segundo diz, agradece, pois já tentara devolvê-los à União, sem sucesso. É difícil compreender como autoridades públicas levem tais questões a um impasse dessa ordem, prejudicando o atendimento hospitalar à população do Rio Janeiro e dos municípios da região.

Uma coisa é notória: os hospitais públicos estaduais e

HERVAL PINA RIBEIRO



## Intervenção no Rio de Janeiro evidenciou o caos na saúde pública

municipais das regiões metropolitanas de todo o país, fora as exceções, estão em crise por falta de recursos para mantê-los. Não há recursos suficientes para custeio, muito menos para investimentos. União, estados e municípios têm culpa por esse estado de coisas da saúde, especialmente da assistência médica hospitalar.

## PRAGMATISMO IRRESPONSÁVEL

A União, por que os recursos financeiros que repassa são, de fato, insuficientes, as tarifas dos serviços do SUS têm valores baixos e o que promete para investimentos demora meses, quando chega. Além disso, não consegue estabelecer uma política de recursos humanos para o SUS.

Os Estados, por que vêm se desvencilhando de prover e administrar as necessidades

públicas, como saúde e educação e até a segurança pública, jogando-as para os municípios quando não as entrega ao setor privado. Os municípios, por sua vez, são incapazes de se integrarem para equacionar e resolver problemas que transcendem os limites territoriais de cada um.

O pragmatismo faz com que os políticos coloquem como prioridade o que dê visibilidade aos seus governos. Não discutem o funcionamento pleno dos hospitais que têm, não investem na sua recuperação e modernização e, no entanto, põem-se a construir novos hospitais sem dizer onde encontrarão o dinheiro para botá-los para funcionar.

## SERVIDOR DESMOTIVADO

E todos se calam em relação aos servidores, desconsiderando que ambulatórios e hospitais precisam de servidores motivados e é impossível tê-los sem uma política de pessoal que os valorizem. Todos pagam mal seus funcionários e os induzem a ter dois ou três empregos. Esses acabam sendo meio-servidores, dando um plantão aqui e outro ali, umas horas em um hospital público e outras no hospital privado, consumindo mais horas indo de um lugar para outro do que atendendo doentes.

É por essas brechas que aparecem soluções milagrosas, como entregar hospitais públicos às organizações sociais que, por benemerência, assumiriam o que é dever do Estado. Curioso capitalismo este!

Herval Pina Ribeiro é professor-doutor em saúde pública e pesquisador da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

# A dialética da revolução bolivariana

O livro é de combate. O seu autor também. O bom combate – diga-se de passagem – a que se refere é o das idéias, que se revela atual e necessário, especialmente no momento em que o turbilhão do pensamento único neoliberal faz da informação e da análise uma nova condição de terra arrasada.

Já se vão mais de 20 anos desde que Margaret Thatcher lançou, no início da década de 1980, a pérola do neoliberalismo: “não há alternativa a seguir”. Desde lá, tomou conta do mundo o mal-estar que atormenta esse começo do novo século: a chatice do anacronismo do pensamento único.

Iniciativas nacionais de cunho antineoliberal têm sido massacradas pela avalanche da contrapropaganda mercadológica do tipo “fim da história”. Enfim, tudo parece convergir para o consenso das altas finanças, que faz da resignação o amparo dos muitos que discordam, mas que temem ousar uma nova alternativa.

É por isso que o livro de Altamiro Borges, esse incansável operário do ofício das palavras e da escrita, ganha relevo quando esbugalha com atenção e sobriedade o curso da recente experiência venezuelana. Com o título “Venezuela: originalidade e ousadia”, a obra esgarça cuidadosamente nos detalhes dos cinco capítulos e mais cinco anexos a dialética do processo revolucionário comandado por Hugo Chávez.

Ao espetar o nervo da alternativa ao modelo econômico e social neoliberal, ele mostra como a “revolução bolivariana” tem sido capaz de enfrentar as dificuldades e os riscos impostos pela maldição do império norte-americano. Mas as dificuldades e riscos existem não



**Venezuela: originalidade e ousadia.**

**Altamiro Borges.**  
**Editora Anita Garibaldi,**  
**São Paulo, 2005.**

**POR MARCIO POCHMANN**

para gerar acomodação e resignação, mas sim para serem superados.

Por isso a originalidade e ousadia a que se refere o título é coerente com toda a envergadura das ações de grande parte do povo venezuelano. Inegavelmente, os avanços nas organizações populares colocam-se cada vez mais como antídotos que impedem a contaminação externa e interna do veneno inoculado pelo conjunto dos interesses neoliberais, constantemente impulsionado pela contrapropaganda parcial e interessada na degola do governo de Chávez.

O que o autor procura mostrar no seu pequeno grande livro em formato de bolso de 107 páginas é que há alternativas positivas e sustentáveis pela luta social e política daqueles que ainda acreditam que um outro mundo é possível. É, nesse

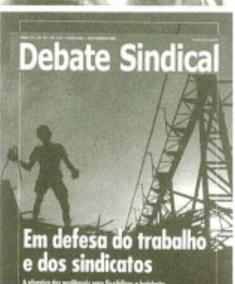
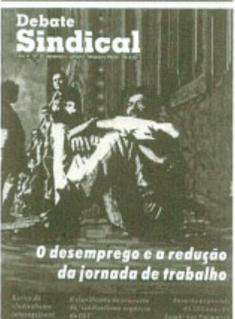
sentido, um novo balde de gasolina na fogueira dos ideais que teimam em não acreditar que tudo está perdido, a não ser a resignação dos que acham que cabe à esquerda, no máximo, fazer um governo com a face humana.

Ao invés dos próprios neoliberais, alguns governos se rebaixam e se antecipam na arte de dar continuidade ao modelo econômico da pobreza e da desigualdade. Chávez parece não ter a coluna maleável como dobradiça, procurando se interpor junto aos mais fracos e desfavorecidos por intermédio de um grande programa de reformas profundas no capitalismo venezuelano.

O programa das missões aponta para algo de inegável avanço em termos de políticas públicas. Ao convergir para os pobres, Hugo Chávez ajudou a consolidar um novo ator que se reveste de conquistas sociais incomparáveis no atual estágio em que se encontra a América Latina.

A melhor compreensão do curso atual da revolução bolivariana é plenamente possível neste livro, em que mais uma vez o autor brinda o leitor com uma investigação em loco e com tamanha objetividade. Que a difusão pelo mundo de experiências como a venezuelana possa encontrar com saúde e persistência muitos operários das palavras e da escrita como Altamiro Borges.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit)



# 50ª edição da Debate Sindical

Na comemoração de sua 50ª edição, sindicalistas e intelectuais enviaram mensagens abordando o papel relevante dessa publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências

Há muito tempo leio a *Debate Sindical* por ser, talvez, a única revista especializada em sindicalismo editada no Brasil. Esse já seria um bom motivo, mas há outros: sua qualidade gráfica, a atualidade dos temas abordados e o caráter plural que expressa, dentro do campo democrático e combativo, os principais pontos de vista sobre os temas candentes. Parabens os companheiros pela 50ª edição. Continuem assim.

**Reginaldo Alberto Meloni** – presidente do Sindicato dos Professores de Campinas e Região

A revista *Debate Sindical*, ao longo dos anos, tem abordado os temas relacionados ao sindicalismo de maneira fundamentada, séria e com a participação de estudiosos do setor. Tem demonstrado a importância do estudo contínuo e da atualização dos dirigentes sindicais, prestando um serviço de excelência para o movimento dos trabalhadores. Chegar à edição de número 50 nos mostra que o caminho percorrido pela revista está em sintonia com os desafios colocados.

**Marco Aurélio de Oliveira** – presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo

Não tenho dúvidas em afirmar que a *Debate Sindical* é a melhor publicação da imprensa sindical no país, tanto do ponto de vista da forma, quanto do conteúdo. A apresentação gráfica é agradável e moderna. As reportagens e seções revelam engajamento de classe, abordagem ampla dos problemas vividos pelos trabalhadores e respeito às divergências de opinião. Por tudo isso a *Debate Sindical* foi, e continua sendo, um instrumento de denúncia do

neoliberalismo e um órgão formador de opinião entre os trabalhadores.

**Everaldo Augusto** – presidente da CUT-BA e dirigente do Sindicato dos Bancários da Bahia

A revista *Debate Sindical* sempre disseminou informação de qualidade, idéias e espírito de luta entre os sindicalistas e sempre abrigou em suas páginas a divergência e o debate, preparando os trabalhadores para uma nova democracia. Hoje, parece-me, a revista vive uma fase difícil. A avaliação geral positiva que ela passa do governo Lula é difícil de sustentar e está em contradição com as medidas negativas que este tem destinado aos trabalhadores e ao sindicalismo. Faço votos para que a situação atual não prejudique o meritório trabalho acumulado ao longo desses anos e que continue presente nas páginas da revista.

**Armando Boito** – professor titular de ciência política da Unicamp e co-editor da revista *Crítica Marxista*

A *Debate Sindical* vem cumprindo um papel indispensável no que diz respeito a divulgação e debate de idéias sobre o papel dos sindicatos no mundo contemporâneo. Ampla e democrática, a revista vem fazendo isso sem abrir mão da perspectiva crítica, fundamental para a alternativa necessária na construção de uma sociedade igualitária, na qual os sindicatos foram e serão peças destacadas.

**Marco Aurélio Santana** – doutor em sociologia pela UFRJ e professor da Universidade do Rio de Janeiro

## FILMES

# Retratos de ditaduras militares

MÔNICA SIMIONI

A história do amadurecimento da democracia na América Latina é muito sofrida. Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, entre outros, viveram os anos de chumbo das ditaduras militares. Ainda se fala pouco sobre esse período. Mesmo quando governos democraticamente eleitos tentam tocar no assunto, sofrem represálias.

Recentemente, o presidente argentino Nestor Kirchner destituiu do cargo de vigário das Forças Armadas um bispo que, diante da campanha do governo em favor da descriminalização do aborto, afirmou que seus defensores mereciam ser jogados ao mar com uma pedra amarrada no pescoço, em alusão aos “vãos da morte” usados pela ditadura (1976-83). A decisão do presidente chocou o Vaticano que tentou intervir.

No ano passado, o governo chileno de Ricardo Lagos também deu passos para o reconhecimento das atrocidades cometidas pela ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990). Em novembro, foi divulgado o relatório da Comissão Valech, que revelou detalhes de prisões e torturas de 35 mil chilenos.

No Brasil ainda não conseguimos registrar avanços desse tipo. Em outubro de 2004, em resposta ao jornal Correio Braziliense, o Exército divulgou nota defendendo o golpe militar de 1964 e a estrutura dos DOI-Codis (instalações de tortura). O episódio resultou na demissão do

então ministro da Defesa, José Viegas.

Para conhecermos um pouco mais sobre essa triste página da história da nossa região, existem boas opções que estão em cartaz nos cinemas ou que podem ser alugadas nas vídeo-locadoras. Sobre a ditadura chilena há “Machuca”, de Andrés Wood (Chile/Espanha, 2004), que conta, através dos olhos de dois meninos, o golpe militar que deu fim ao governo socialista de Salvador Allende.

Sobre a ditadura Argentina há dois filmes disponíveis nas locadoras. “Visões”, de Christopher Hampton (EUA/Inglaterra/Espanha, 2003), que usa a premonição para denunciar a tortura dos opositores à ditadura. “Kamchatka”, de Rodolfo Paez (Argentina, 2002), também retrata o período sob o olhar de uma criança, cuja família é perseguida pelos militares e se refugia em uma fazenda.

Sobre a ditadura no Brasil, finalmente chega aos cinemas “Araguaya, a conspiração do silêncio”, de Ronaldo Duque, que retrata a história da Guerrilha do Araguaia, ação armada organizada pelo PCdoB no Sul do Pará. Dois longas também interessantes são “Cabra cega”, de Toni Venturi, um olhar sobre a guerrilha urbana, e “Quase dois irmãos”, de Lucia Murat, que faz um paralelo entre a resistência política do período e a ação de traficantes nos morros cariocas.

Monica Simioni é jornalista e integrante da coordenação estadual do Instituto Maurício Grabois/SP

## INTERNET

CLÁUDIO GONZALEZ

Todo 1º de Maio é a mesma coisa: os sindicatos publicam a história da origem do Dia Internacional dos Trabalhadores. Porém, por mais que ela seja recontada, há sempre muitas versões conflitantes. Na dúvida, vale a pena pesquisar para saber, ao menos, qual a versão mais difundida. Para isso, a Internet é um ótimo instrumento. Seguem abaixo alguns links interessantes que ajudam a contar esta história:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Dia\\_do\\_Trabalho](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_do_Trabalho)

A Wikipédia – a enciclopédia livre, traz um resumo da história do 1º de Maio, com muitos hiperlinks que levam o internauta a uma gama enorme de informações ligadas à data;

[http://www.fpa.org.br/especiais/Idemaio/indice\\_geral.htm](http://www.fpa.org.br/especiais/Idemaio/indice_geral.htm)

O site Fundação Perseu Abramo traz uma área especial sobre a luta dos trabalhadores no Brasil e inclui dois pequenos textos que explicam por que o dia 1º de maio tornou-se símbolo da luta dos trabalhadores;

<http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?cod=6920&lang=pt>

A página da Adital traz anualmente um especial sobre o 1º de Maio. Em 2003, ela publicou “Uma breve história do 1º de maio”, texto de Ernesto Germano, que traça um histórico das comemorações no Brasil;

[http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0501/0501\\_chicago.asp](http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0501/0501_chicago.asp)

Matéria do portal Vermelho de 1/5/2004 resgata a edição nº 1 da revista Debate Sindical e apresenta trechos dos discursos que os mártires de Chicago proferiram após a sentença que os condenou à força;

<http://www.ofelia.com.br/1maio.htm>

Resumo do tipo “escolar” sobre o surgimento do 1º de Maio, com algumas imagens e curiosidades.

Cláudio Gonzalez é jornalista, membro do portal Vermelho

# A oratória como arma para ação sindical

Ao abordar a questão da oratória e de sua importância para os dirigentes sindicais é preciso, inicialmente, entender o significado do termo. Trabalhamos o conceito da oratória como a "arte de falar", como um instrumento importante no exercício da liderança e na propagação do pensamento.

Considerando que muitos subestimam o poder da oratória, responda: Quantas vezes você pediu a alguém uma opinião sobre a sua exposição? Já perguntou a si mesmo sobre seu poder de argumentação? Quantas vezes avaliou sua postura enquanto discursava? Já conseguiu reverter opiniões com sua exposição? Caso nunca tenha pensado nisso, provavelmente você ainda não tenha medido o impacto que o discurso causa.

## REMÉDIO OU VENENO

Alguns dirigentes sindicais, minimizando o papel da oratória, exercem o "falar" como algo natural, fruto de um dom "genético" ou da prática constante, sem a necessidade de aprimoramentos técnicos. Grande engano! A prática da oratória pode trazer bons resultados, como a perda do medo de falar em público, a melhoria do vocabulário, a desinibição e a redução dos temidos tremores das mãos.

MARCO AURÉLIO



## A "arte de falar" ajuda a exercer a liderança e a propagar idéias

Mas a prática sempre deve vir acompanhada de bons fundamentos teóricos para que esta não se torne uma arma negativa. Comparando a oratória a um medicamento, vale uma máxima farmacêutica: se bem usado, ela traz bons resultados; sem mal usado, pode ser um veneno.

## VÍCIOS COMUNS

A oratória deve ser entendida como uma ciência que não se pauta no empirismo ou na mera repetição. É preciso avaliar uma série de fatores para que a fala seja feita de maneira correta, levando em conta quem receberá a mensagem e em que situação. Para começar, avalie como você se comporta quando fala. Essa avaliação inibe vícios comuns, como tom de voz inapropriado e descumprimento do tempo determinado.

Não podemos ter o mesmo comportamento num debate ou num caminhão de som na porta da fábrica. A empolgação usada para defender uma tese num congresso sindical não deve ser a mesma utilizada numa mesa de negociação. O movimento excessivo das mãos pode prejudicar o conteúdo. Falar de improviso, algo tão habitual nas lideranças sindicais, deve prever o conhecimento do tema e a condição da exposição.

Há pessoas que encantam com sua forma de falar. Porém, poucos são os que avaliam o que causou a boa impressão. A observação deve ser uma prática rotineira. É preciso aprender com as virtudes e os erros daqueles que observamos. Se considerarmos a oratória como um conjunto de atitudes que levam ao bom entendimento da mensagem enviada, devemos avaliar a postura no antes, durante e depois da exposição.

## QUESTÕES PRÉVIAS

Pequenas questões devem ser respondidas de maneira prévia: Com quem falar? Onde falar? Porque falar? Isto ajuda a cumprir bem o papel e obter os resultados esperados. Se avaliarmos os diversos aspectos da oratória, podemos passar a utilizá-la em diversas situações do nosso cotidiano.

Muitos livros abordam as mais variadas situações de oratória. Busque os que se adaptam à sua vivência no dia a dia. Passe a observar outras pessoas enquanto falam. O principal é saber que fomos criados com duas orelhas e uma boca. Ouvir mais e falar o necessário ainda é o grande aprendizado!

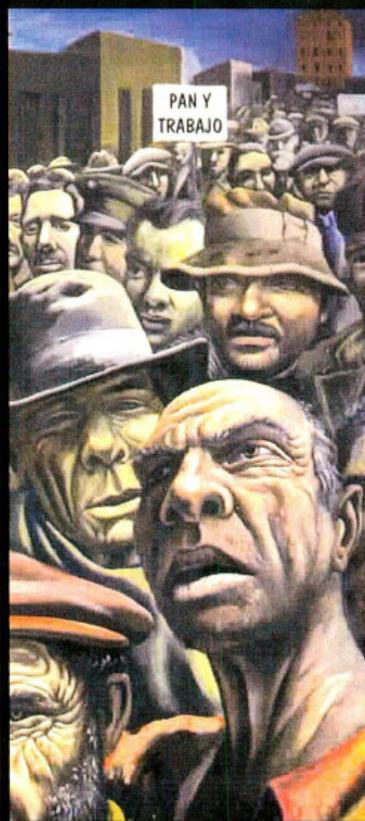
Marco Aurélio Pereira é presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo e tesoureiro da Federação Nacional dos Farmacêuticos

assine hoje mesmo

# Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro *“A reforma sindical e trabalhista no governo Lula”*

## A reforma sindical e trabalhista no governo Lula



Altamiro Borges  
(organizador)

Jamil Murad  
Hegüberto Navarro  
Pascoal Carneiro  
João Guilherme Yargas Netto  
Andréia Galvão  
José Carlos Arouca  
Marcio Pochmann  
João Felício  
João Carlos Gonçalves  
Hugo Perez  
José Carlos Schulte  
João Batista Lemos

### CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: \_\_\_\_\_ R\$ 30,00

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
Telefone(s) \_\_\_\_\_  
Fax \_\_\_\_\_  
Profissão \_\_\_\_\_  
Correio eletrônico \_\_\_\_\_

### FORMA DE PAGAMENTO:

- Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 993, conj. 209, Bela Vista, CEP 01317-001, São Paulo - SP, no valor de R\$ 30,00
- Depósito em conta corrente nº 207423-0, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante via fax para 11 3106-0700)
- Cartão  
 Credicard  Visa  
Número .....  
Validade .....

Quando chegar o momento  
de uma nova casa, chegou a hora  
de procurar a CAIXA.



[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

De repente, o que era dois vira três e o mundo fica pequeno para tanta felicidade. Para cada momento da vida, a CAIXA tem uma linha de crédito. Todas com as melhores condições de taxas e prazos. Vem pra CAIXA você também. Vem.

**CAIXA**  
Para você. Para todos os brasileiros.

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL